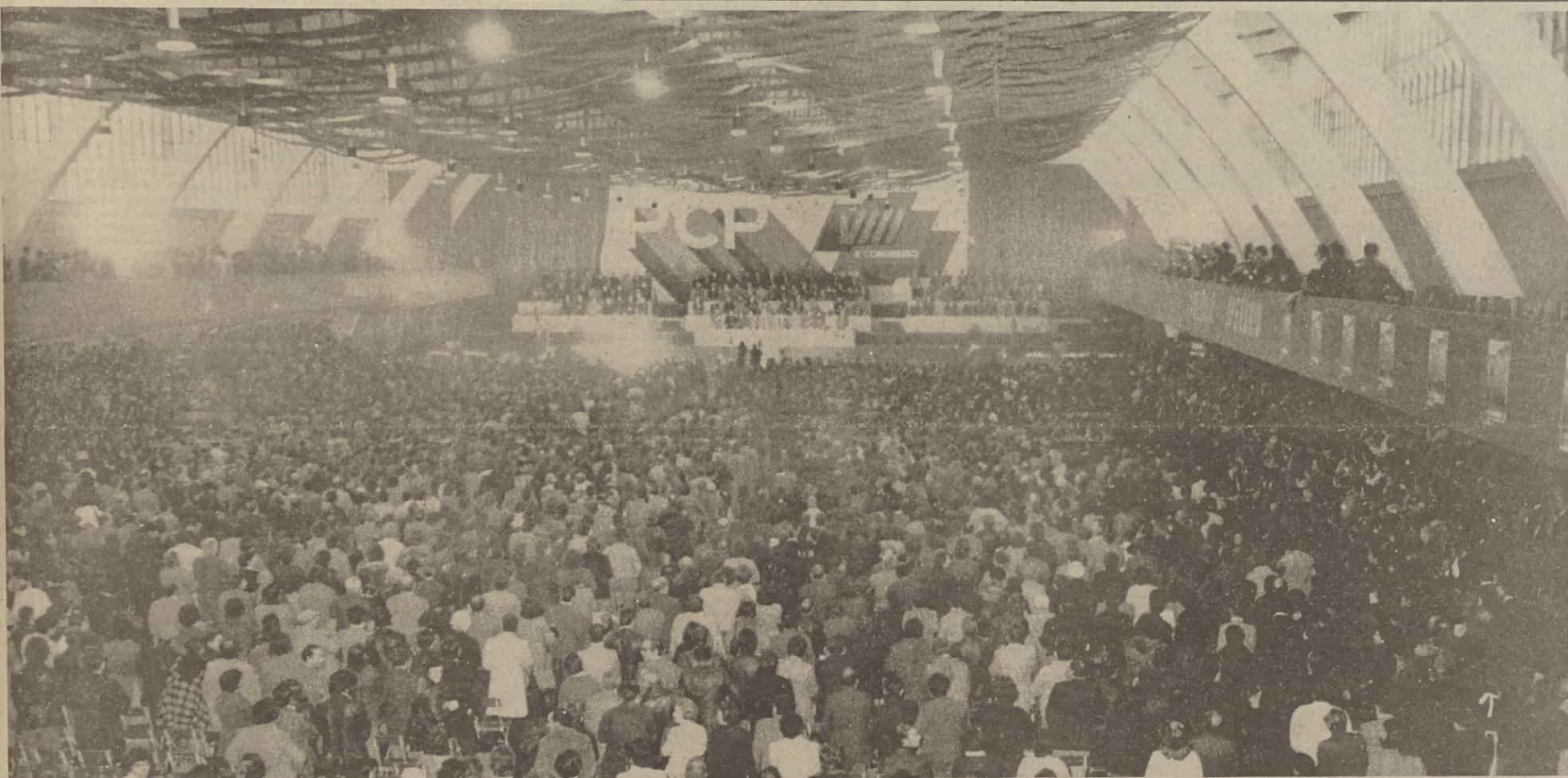


# COMEÇOU O VIII CONGRESSO!

Nunca, no nosso País, se havia realizado um tão amplo e profundo debate, um tão gigantesco trabalho colectivo, que permite afirmar que, aqui, nesta sala, os 1200 delegados são, na verdade, os porta-vozes das suas organizações e que as conclusões que saírem do nosso Congresso traduzirão a opinião colectiva, a vontade e a determinação de todo o nosso grande Partido. — Álvaro Cunhal



O importante discurso do camarada Álvaro Cunhal, foi o acontecimento de maior significado no primeiro dia do VIII Congresso do PCP, que levou à grande nave da FIL mais de seis mil pessoas. Vibrantes manifestações de internacionalismo proletário assinalaram também o início desta memorável jornada, que culminará no domingo à tarde com um grande comício no Campo Pequeno.

## Balanço do primeiro dia de trabalho:

### Camarada Joaquim Gomes,

membro do Secretariado e da Comissão Política:  
«Na minha opinião, até agora o Congresso tem ultrapassado todas as previsões que poderíamos admitir, decorrendo magnificamente. Regra geral, as intervenções têm um nível político e ideológico bastante elevado, quer as intervenções dos delegados portugueses quer, especialmente, as dos delegados estrangeiros, que trouxeram uma extraordinária contribuição internacionalista ao nosso Partido e à luta do povo português. Têm efectivamente uma grande importância as intervenções dos camaradas Ponomariov, membro suplente da Comissão Política e Secretário do Comité Central do PCUS, do camarada Herman Axen, membro da Comissão Política e Secretário do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, do camarada Armando Peugonen, membro do CC da FRELIMO e vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e do camarada Gricher Filipov, membro do «bureau» político do Partido Comunista Búlgaro.

O camarada Peugonen fez uma intervenção que, neste momento, se reveste de um significado muito especial para a luta do povo português. É uma declaração corajosa de solidariedade ao povo português, aos comunistas portugueses, às forças progressistas portuguesas. Julgo que a FRELIMO teve realmente a intenção de nos trazer esta mensagem para nos prestar uma ajuda que consideramos preciosa. É extraordinário que a FRELIMO ponha no centro das relações entre o povo português e o povo moçambicano, exactamente o Partido Comunista Português. Isso tem um significado profundo para nós e vem reforçar ainda mais os laços entre o Partido Comunista Português e a FRELIMO».

### Camarada Jaime Serra,

membro da Comissão Política e da Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORL):

«Como se pôde verificar, o desenvolvimento do Congresso constituiu um exemplo da extraordinária capacidade de organização do nosso Partido. Esta capacidade tinha-se já amplamente revelado através de todos os camaradas que estiveram envolvidos na preparação do Congresso. E foram muitos os milhares que participaram nas discussões das teses nas suas organizações. Podemos dizer que participaram cerca de metade dos militantes do Partido. Falando concretamente do meu sector de trabalho, a DORS, nos trabalhos preparatórios do Congresso participaram mais de sete mil militantes em cerca de 200 assembleias e reuniões de células, algumas bastante significativas como, por exemplo, a célula da CUF onde se realizou uma assembleia com 600 camaradas, ou seja mais de 50 por cento da célula da empresa.

Esta capacidade de organização do nosso Partido revelou-se ainda na organização das intervenções ao Congresso. No meu sector não somente foram eleitos os delegados como se discutiram e aprovaram colectivamente as intervenções que estes vêm fazer ao Congresso.

Como já referi, os trabalhos do Congresso mostraram, mais uma vez, a extraordinária capacidade de organização do nosso Partido, o que é mais significativo na medida em que o VIII Congresso do PCP decorre após a realização do Congresso do PS que se arroga de ser o maior partido dos trabalhadores e cujos trabalhos, como é do conhecimento público, não primaram nem pela disciplina nem pela organização.

Por outro lado, um elemento que esta sessão de

trabalhos tem demonstrado é a força do internacionalismo proletário e como ele constitui um factor de educação do nosso Partido, que, temperado nas duras condições de clandestinidade, soube sentir profundamente esse elemento na luta pela libertação do nosso povo. Daí que o nosso Partido evidencie uma grande sensibilidade à solidariedade internacional, como se pode verificar pela presença de mais de sessenta delegações de Partidos irmãos e de outras organizações internacionais, de movimentos de libertação e pelas intervenções de delegações estrangeiras neste primeiro dia.

Manifestou-se ainda o extraordinário sentimento de solidariedade do nosso Partido para com os movimentos de libertação que conduziram a luta dos povos das colónias portuguesas à independência. O ponto culminante deste sentimento de solidariedade, foi a intervenção do camarada Peugonen da FRELIMO e o acolhimento do Congresso às suas palavras. Podemos dizer que hoje não é possível caminhar na via da cooperação entre o povo português e os povos das ex-colónias portuguesas sem a colaboração e a participação activa dos comunistas como, aliás, ficou demonstrado pela calorosa saudação do Comité Central da FRELIMO ao Comité Central do nosso Partido».

### Camarada Carlos Brito,

membro da Comissão Política e da Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL):

«Sinto-me impressionado e emocionado muito embora esperássemos já que o Congresso fosse uma grande demonstração da maturidade do Partido. Essa maturidade manifesta-se de muitas

outras formas. Por exemplo, na discussão das teses, na grande quantidade de propostas de emendas apresentadas pelas organizações. Como já foi referido foram apresentadas mais de 4500 propostas de emendas. Mas eu queria salientar, agora, não tanto a quantidade, mas a qualidade. Estas emendas foram, numa grande parte, contempladas pela sua validade e porque trazem, de facto, contribuições muito positivas e variadas mesmo para as questões mais complexas.

Creio também que as intervenções produzidas são, na sua generalidade, de grande qualidade e não me refiro apenas às dos camaradas da direcção do partido, mas essencialmente às intervenções dos camaradas que se encontram no Congresso representando as organizações.

Assistimos geralmente a intervenções bastante fundamentadas e chamando a atenção para questões que ao nível dos respectivos sectores são realmente essenciais.

Para além desta manifestação de maturidade, destaca-se ainda o grande calor humano que existe no nosso Partido.

Outra nota é o internacionalismo que se tem manifestado não só por parte dos nossos convidados estrangeiros que usaram da palavra — os camaradas Ponomariov do PCUS, Axen do PSUA, Peugonen da FRELIMO e Filipov, do PCB — mas também através da correspondência que as suas palavras encontraram no Congresso e a vibrante afirmação do nosso Partido como um grande partido internacionalista, que pensando os seus problemas internos, também pensa, profundamente, o internacionalismo e o demonstra com grande franqueza, grande calor e grande firmeza».

# ÁLVARO CUNHAL NO VIII CONGRESSO

**Camaradas:**  
O nosso VIII Congresso culmina um longo e intenso trabalho preparatório em que participou todo o Partido.

No dia 2 de Outubro, o Comité Central aprovou o Relatório e as Teses para o Congresso.

Dada a grande extensão do Relatório sobre a actividade do Comité Central, tornava-se impossível lê-lo nesta tribuna. Por isso se decidiu distribuí-lo pelos delegados dias antes do Congresso. Isso foi feito e parece-nos ter sido uma boa solução.

No dia 10 de Outubro começaram os debates na organização na base das Teses propostas pelo Comité Central.

Segundo números provisórios, além das reuniões ordinárias, realizaram-se 2297 assembleias e reuniões especiais, com a participação de mais de 40.000 membros do Partido, onde foram largamente discutidas as Teses e foram eleitos os delegados ao Congresso.

Num ambiente de fraternidade comunista e de elevada

noção das responsabilidades, milhares de camaradas tomaram a palavra e defenderam as suas opiniões.

Foram discutidos todos os problemas relativos à situação política, às perspectivas da Revolução, às tarefas do nosso Partido.

Foram propostas 3033 emendas às Teses. Muitas repetiam ideias semelhantes. Muitas outras correspondiam a particularizações que, no essencial, estão contidas no Relatório, ainda não conhecido na altura das assembleias e, pela sua natureza, são próprias de um relatório, mas não de Teses ou conclusões. Por isso uma parte não deu lugar a emendas.

Entretanto foram consideradas nas Teses 1283 propostas, o que mostra a grande contribuição do Partido para as conclusões políticas do Congresso.

Além destas propostas, muitas outras foram feitas para alterações das «Medidas de Emergência». O apuramento, ainda não completado, será também trazido ao Congresso.

Será feito no Congresso um Relatório da Comissão de Redacção de Teses sobre as propostas feitas e as emendas introduzidas.

Mas desde já é de sublinhar a grande riqueza da contribuição dada pelas organizações e militantes. As opiniões e propostas reflectem a aprovação firme e geral à linha política do Partido. Reflectem a vontade de todo o Partido em dar contribuições positivas e construtivas para uma melhor fundamentação das Teses, para a sua maior clareza, para o preenchimento de omissões, para uma maior precisão da orientação partidária.

O saudável ambiente de liberdade de opinião e de crítica em todas as organizações, a participação viva de todo o Partido na defesa da orientação e das tarefas, mostraram que o Partido Comunista Português começa por dar na sua própria vida interna o exemplo do hábito e do respeito pelos princípios democráticos.

Nunca, no nosso País, se havia realizado um tão amplo e profundo debate, um tão gigantesco trabalho colectivo,

que permite afirmar que, aqui, nesta sala, os 1200 delegados são, na verdade, os porta-vozes das suas organizações e que as conclusões que saírem do nosso Congresso traduzirão a opinião colectiva, a vontade e a determinação de todo o nosso grande Partido.

Os trabalhos preparatórios do Congresso mostraram também a inabalável unidade existente, desde o Comité Central a qualquer das 7000 organizações de base. Ao cessar as suas funções na sua composição actual, o Comité Central aparece perante o Congresso unido como um só homem, da mesma forma como aparecem unidas todas as suas organizações.

A democracia interna, o trabalho colectivo, a unidade do Partido, inseparáveis das suas profundas raízes de classe, dão-nos uma força imensa, que permite olhar o futuro com confiança.

Nesta intervenção não se irá repetir a informação e todas as ideias contidas no Relatório já distribuído. Mas será certamente útil referir alguns pontos essenciais.

## Dois anos e meio de Revolução

Dois anos e meio após o derrubamento da ditadura fascista, o balanço do caminho percorrido mostra os extraordinários êxitos alcançados pelo Povo português num tão curto espaço de tempo.

Derrubado o governo pelos heróicos capitães do MFA, ao levantamento militar seguiu-se imediatamente o levantamento popular e, a partir de então, Povo e Forças Armadas transformaram radicalmente a vida política, económica e social portuguesa.

Vivíamos sob a opressão e a repressão de um regime terrorista que liquidara todas as liberdades. Hoje temos um regime democrático.

Vivíamos mergulhados numa criminosa guerra colonial. Hoje vivemos em paz. Para nós, comunistas, que nas horas mais difíceis sempre fomos activamente solidários para com a luta dos Povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, é com profunda alegria que vemos esses Povos amigos, alcançada a independência, escolherem com determinação o caminho do progresso social.

Vivíamos explorados por meia dúzia de grupos monopolistas e de grandes agrários, que tinham nas suas mãos a banca, a maior parte da indústria, dos transportes, das terras. Hoje, depois da liquidação dos grupos monopolistas e de grande parte dos latifúndios temos estruturas económicas diferentes que exigem novas soluções.

Vivíamos numa sociedade em que os trabalhadores eram considerados apenas como vendedores da força de trabalho. Hoje os trabalhadores intervêm activamente em toda a vida nacional, exercem o controlo em numerosas empresas, administram muitas outras, dirigem com completa independência centenas de cooperativas e de unidades colectivas de produção na agricultura.

Vivíamos num País isolado do mundo, sem relações com os países socialistas, quase amaldiçoado pelos países em luta contra o colonialismo e o imperialismo. Hoje temos relações internacionais diversificadas, as relações com a União Soviética e outros países socialistas encontram-se em franca expansão, e estão criadas condições objectivas para uma política de verdadeira independência nacional, de amizade e cooperação com todos os Povos do mundo.

Do Portugal de há três anos, país que parecia condenado à eterna servidão, terror, miséria, obscurantismo, o Povo português fez um Portugal democrático, um Portugal revolucionário, que, no meio de extremas dificuldades internas e vencendo pressões e ingerências externas, tomou corajosamente o caminho do socialismo.

Todas estas transformações se realizaram num processo extremamente irregular, contraditório, acidentado, cheio de incertezas e perigos, que não estão

ainda ultrapassados.

A Revolução portuguesa comprovou e continua a comprovar que há leis objectivas de desenvolvimento, que há características comuns aos processos revolucionários verificados em países com sistemas económicos e regimes políticos semelhantes, que há experiências do movimento revolucionário de validade universal.

Mas a Revolução portuguesa comprovou também e continua a comprovar que cada revolução tem particularidades e originalidades resultantes de inúmeros factores de natureza objectiva e subjectiva.

É impossível compreender a Revolução portuguesa, se não se compreendem os seus traços originais.

Foi estabelecida uma aliança entre o Povo e as Forças Armadas (entre o movimento popular e o MFA), que permitiu, embora com grandes contradições internas, fazer frente às tentativas contra-revolucionárias e fazer avançar o processo de democratização da vida nacional.

Foram levadas a cabo profundas transformações nas estruturas económicas pelas forças revolucionárias em movimento, sem que tivessem o poder político, pois este esteve sempre partilhado entre forças sociais e políticas muito diversas, incluindo representantes do capital e da reacção.

Foram levadas a cabo amplas nacionalizações e uma Reforma Agrária e foi estabelecido o controlo operário em numerosas empresas, como medidas indispensáveis, medidas de urgência, medidas impostas pela própria situação conjuntural, medidas de defesa da economia sabotada a todos os níveis pelos grandes capitalistas e agrários.

Intervieram na democratização da vida nacional dois processos diferentes e contraditórios: o processo eleitoral num país ainda não completamente libertado da reacção, e um processo revolucionário assente na força das massas populares e dos militares do 25 de Abril. Apesar de termos já hoje uma democracia institucionalizada, a par da luta eleitoral, está sempre presente a correlação de forças sociais, políticas e militares e a reacção e a direita são as mais activas na utilização de meios não eleitorais para provocar modificações na situação política.

Também o regime instituído pela Constituição agora em vigor apresenta traços originais: nem é parlamentar, nem é presidencialista, nem é popular e tem um pouco de cada uma destas características. Tem órgãos emanados das eleições, tem órgãos político-militares continuadores do movimento revolucionário dos capitães, e reconhece ao mesmo tempo uma ampla intervenção na vida política, económica e social, das organizações democráticas dos trabalhadores, emanadas das massas e ligadas às massas.

O conhecimento de todos estes aspectos e da sua

inter-relação é essencial para o exame do processo revolucionário.

Muito se tem discutido acerca do ritmo da Revolução portuguesa. Alguns críticos têm adiantado que as transformações revolucionárias nas estruturas económicas aumentaram os perigos contra a nossa jovem democracia.

A verdade é a inversa. Já no tempo do fascismo, o nosso Partido indicava que a liquidação da ditadura fascista, teria de significar, não apenas a liquidação da forma fascista do poder político, mas a liquidação do poder político e económico dos monopólios e dos latifundiários.

Depois do 25 de Abril, o capital financeiro e os grandes agrários, procurando liquidar a Revolução, sabotaram a economia nacional, conspiraram, financiaram a contra-revolução.

Se não tivessem levado a cabo as nacionalizações, as intervenções do Estado e a Reforma Agrária, se não se tivesse estabelecido o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores em numerosas empresas, a democracia portuguesa teria sido há muito liquidada e existiria hoje de novo o poder económico e o poder político dos monopólios, exercidos através de uma nova e sangrenta ditadura fascista.

As forças revolucionárias portuguesas não o consentiram, deram a resposta adequada à contra-revolução e por isso hoje não temos, nem uma ditadura, nem uma democracia burguesa com Melos, Espírito Santos e Champalimad, mas uma democracia política com uma base económica que a encaminha para o socialismo.

O desanuiamento, os progressos da coexistência pacífica que na Europa vieram a ter consagração na Conferência de Helsínquia, criaram condições favoráveis para o avanço do processo revolucionário em Portugal.

As ingerências e pressões do imperialismo, que têm sido e continuam a ser constantes, teriam sem dúvida, num clima de guerra fria, sido incomparavelmente mais violentos.

A Revolução portuguesa constitui nova prova de como era errada a opinião segundo a qual a coexistência pacífica na Europa significava a manutenção do statu quo político e social. Ainda no tempo do fascismo combatemos tais concepções e as calúnias correspondentes. A Revolução portuguesa não tardou a dar-nos, no nosso próprio País, a prova de que tínhamos razão.

Nós, os comunistas portugueses, consideramos que a Revolução portuguesa foi e é uma valiosa contribuição para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo.

Mas temos também plena noção de quanto a Revolução portuguesa deve não só à solidariedade activa dos partidos irmãos e das forças progressistas dos outros países, como às realizações e vitórias da União Soviética, à vitória do

Povo vietnamita e dos povos do Laos e do Kampuchea, à consolidação do socialismo em Cuba, à luta que conduziu ao reconhecimento universal da RDA, ao derrubamento da ditadura na Grécia e aos êxitos e progressos do movimento operário noutros países capitalistas, à luta libertadora e vitoriosa dos povos dantes submetidos ao colonialismo português e de outros povos em luta contra o imperialismo. As realizações dos países socialistas e dos países que se libertaram do jugo imperialista e a luta da classe operária dos países capitalistas inserem-se num mesmo processo que há-de conduzir, que está conduzindo, à libertação da Humanidade de todas as formas de opressão e exploração.

A solidariedade recíproca e a unidade dos vários destacamentos do movimento operário e das grandes correntes revolucionárias do mundo contemporâneo constituem um factor essencial para a vitória dos trabalhadores e dos povos.

Camaradas soviéticos, vietnamitas e dos outros países socialistas! Camaradas da Frellimo, MPLA, PAIGC e MLSTP! Camaradas dos partidos irmãos dos países capitalistas da Europa, dos países latino-americanos, da América do Norte, da África, da Ásia, dos países árabes! Amigos do Partido do Congresso da Índia, do Yemen do Sul, da República Popular do Congo, do Baas do Iraque! Camaradas e amigos que nos honrais com a vossa presença neste Congresso! A todos queremos expressar uma vez mais os mais vivos sentimentos de solidariedade e de gratidão do Partido Comunista Português.

Podeis estar absolutamente certos de que nós, os comunistas portugueses, hoje como sempre, consideramos inseparáveis os deveres nacionais e os deveres internacionalistas. Podeis estar certos de que manteremos sempre, sem qualquer hesitação, sem ceder a quaisquer chantagens e pressões, a nossa amizade e solidariedade para com os países socialistas, para com os partidos irmãos, para com os povos outrora submetidos ao colonialismo português, para com os trabalhadores, para com os povos de todo o mundo, dentro da fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário.

A par da solidariedade de que podeis sempre estar certos, consideramos que a maior contribuição que podemos dar à causa universal da libertação dos trabalhadores e dos povos é a nossa luta aqui em Portugal, é prosseguir a nossa política eminentemente nacional e patriótica, é continuarmos a consagrar todas as nossas capacidades e energias para assegurar a liberdade, o bem-estar e a independência do nosso Povo e da nossa Pátria, para que a Revolução Portuguesa alcance uma vitória total e definitiva, para que a democracia portuguesa prossiga irreversivelmente o caminho do socialismo.

## Tarefas políticas

O regime democrático consagrado na Constituição e no qual agora vivemos tem as marcas profundas das vitórias da Revolução.

Os traços fundamentais do regime democrático não são disposições programáticas da Constituição. São novas realidades da sociedade portuguesa criadas no processo revolucionário, pela luta do Povo e dos militares de Abril.

O regime democrático tem três características fundamentais e inseparáveis:

A primeira: **amplas liberdades e direitos dos cidadãos**, designadamente a liberdade de organização dos partidos e de associação em geral, a liberdade de imprensa e de reunião, e o direito à greve (com proibição do lock-out).

A segunda: **consagração das transformações radicais das estruturas económicas e sociais**, designadamente a liquidação dos monopólios, a expropriação dos latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, a irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária definindo-se o regime actual como «fase de transição para o socialismo» indicado como perspectiva e como objectivo.

A terceira: **um complexo e original sistema de poder**, que concilia uma Assembleia legislativa resultante do sufrágio, um governo com funções mais amplas que os poderes efectivos de que dispõe, e um Presidente com amplos poderes ligado a um órgão político-militar vindo do MFA e da Revolução.

São estes os traços fundamentais da democracia portuguesa institucionalizada, do regime em que vivemos tal como a lei fundamental do País o define.

O PCP empenha os seus melhores esforços para a consolidação do regime democrático, para o prosseguimento de uma vida democrática normal, no quadro das instituições.

Os partidos reaccionários (o CDS, o PPD e outros), crescem nas suas exigências e na sua arrogância e estão novamente a pôr em causa o próprio regime democrático consagrado na Constituição.

É característico da situação presente que, enquanto a classe operária, as classes trabalhadoras, todas as forças democráticas e progressistas estão interessadas na estabilidade democrática, na ordem e na tranquilidade públicas, a contra-revolução e todas as forças reaccionárias procuram por todas as formas evitar a estabilidade, porque nas condições actuais, esta significa a consolidação do regime democrático, caracterizado pelas transformações políticas, económicas e sociais alcançadas desde o 25 de Abril.

A política de recuperação capitalista e agrária, é uma política de agudização de conflitos, de violência, de desestabilização.

São medidas desestabilizadoras, um súbito agravamento das condições de vida das massas trabalhadoras, o congelamento de salários, os despedimentos, a restituição de empresas aos patrões que as sabotaram, as dificuldades criadas às Unidades Colectivas de Produção, a contestação do controlo operário, os saneamentos à esquerda.

Colocando-se contra as conquistas da Revolução, consagradas na Constituição e exigindo modificações no sistema do poder, designadamente nos órgãos

político-militares, o CDS, o PPD e outras forças reaccionárias estão desenvolvendo actividades anticonstitucionais, que se têm de entender como tentativas de liquidação da democracia portuguesa.

Além disso, defendendo activamente uma política de consolidação do regime democrático com as características que lhe imprimiu o processo revolucionário, defendendo firmemente com a classe operária e as massas populares a consolidação das conquistas da Revolução, o PCP defende uma política de estabilidade e de estabilidade democrática, defende a única via possível da liberdade, da paz, da ordem e da tranquilidade.

Esta complexa e contraditória situação coloca perante todas as forças democráticas e progressistas quatro problemas políticos essenciais: a garantia das liberdades, a ordem democrática, o problema do Estado e o problema do Poder.

A garantia das liberdades é uma das preocupações mais vivas e sentidas pelas massas no momento presente. Não é de admirar que o CDS fale em «pluralismo» pensando em ditadura. É seu ideário fascista e fascizante mal escondido num vocabulário democrático de circunstância.

Não é também de admirar que o PPD/PSD fale de «pluralismo», pensando numa ditadura com demagogia liberalizante. Esse era já o projecto dos seus dirigentes quando eram deputados do partido fascista na Assembleia Nacional. Sá Carneiro, por exemplo, ao aceitar candidatar-se em 1969 para a Assembleia Nacional nas listas do partido fascista, a «União Nacional», afirmava: «Aceitamos e defendemos a nossa candidatura porque acreditamos que o pluralismo político da União Nacional garante a independência dos candidatos» (sic). Vê-se bem de que pluralismo se trata.

Mais surpreendente para muitos é a prática «pluralista» do Governo PS, partido que conduziu verdadeiras campanhas contra o que chamava governos de minorias, mas que se instalou no Poder com um governo minoritário e mostra entender o «pluralismo» como o seu próprio monopólio político. Procedendo a saneamentos à esquerda, à caça aos comunistas como uma «caça às bruxas» de que o MEIC dá exemplo numa escala jamais vista, tomando de assalto lugares e repartições, apropriando-se para propaganda partidária dos meios de comunicação social, dos órgãos de imprensa estatalizados, que custam aos dinheiros públicos mais de meio milhão de contos anuais, o governo dá constantes demonstrações de sectarismo e estreiteza partidária, que não se harmonizam com o apregoado «pluralismo».

A campanha contra os direitos sindicais dos trabalhadores e contra a Inter-sindical, as decisões arbitrárias e administrativas acerca da representatividade de organizações autónomas dos trabalhadores e das massas populares, a multiplicação de propostas de «regulamentação» das liberdades e direitos e de revisão de leis fundamentais (de organização sindical, do direito à greve, do «controlo de gestão») representam perigos sérios para a democracia.

O problema da ordem democrática intimamente ligado à defesa e garantia das liberdades, está muito

longe de estar resolvido.

Em primeiro lugar, dois anos e meio passados após o derrubamento da ditadura fascista, continua a haver vastíssimas regiões onde não existe ainda uma situação democrática, onde a reacção dispõe de um poder local assente na intimidação e na violência.

O regime democrático é o regime de Portugal inteiro e não um regime de âmbito regional. Não se pode admitir que, em vastas regiões, as forças reaccionárias dominantes impeçam de facto a instauração da democracia.

Nos Açores as actividades do PCP continuam proibidas. Na Madeira, a situação de facto é muito semelhante. No distrito de Bragança, o ambiente de terror impede a actividade das organizações progressistas e não pôde ainda ser reconstruído e reaberto nenhum dos Centros de Trabalho do PCP destruídos pela reacção. Em numerosos concelhos de outros distritos a situação é semelhante.

Estas situações têm de considerar-se como incompatíveis com o regime democrático.

São de exigir medidas urgentes para que em todo o território nacional seja assegurado a todos os cidadãos o exercício dos direitos e liberdades consagrados na Constituição.

Em segundo lugar a ordem democrática é diariamente violada por atentados directos contra as liberdades, por campanhas provocatórias fascistas em relação às Forças Armadas, aos capitães de Abril, ao movimento operário, às forças progressistas, por apelos a sublevações e a golpes contra-revolucionários, por actos de violência e atentados terroristas.

A conspiração contra-revolucionária desenvolveu impunemente as suas actividades. A desarticulação das redes bombistas ficou paralisada. Tal como os pides, bombistas confessos foram libertados. Há já quem se atreva abertamente a defender a prática de tais crimes e a vangloriar como heróis os seus autores.

A defesa da democracia exige que sejam tomadas medidas contra estas actividades criminosas. Se os órgãos do Poder deixam correr as coisas, se não tomam medidas para meter na ordem os conspiradores e as actividades abertamente contra-revolucionárias, a falta de iniciativa e de decisão podem ser fatais à democracia.

O problema do Estado é um problema de capital importância para o futuro da democracia.

A revolução desferiu profundos golpes no Estado fascista, a principiar pelos órgãos do Poder.

Criou um novo sistema de órgãos de soberania. Substituiu nos seus cargos tanto no aparelho civil como militar uns tantos fascistas mais destacados. Mas manteve praticamente intactas as estruturas e os quadros do aparelho do Estado.

Sob a acção do MFA, as Forças Armadas tiveram, no fundamental, não só em 25 de Abril, mas no processo ulterior, um papel positivo, por vezes determinante. Mas não foram ainda reestruturadas ao ponto de estar definitivamente afastada qualquer tentativa de golpe de sectores reaccionários, ao ponto de poder haver completa segurança de que defenderão sempre e em quaisquer condições a democracia portuguesa.

As forças de segurança não têm, ainda, a intervenção

necessária contra os inimigos da democracia e em defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Nos tribunais foram feitas ligeiras alterações. Mas até hoje, apesar das atitudes dos magistrados dignos, a justiça continua sendo um instrumento das forças dominantes antes do 25 de Abril.

A burocracia manteve-se no geral praticamente intacta, incluindo sectores de tão grande importância política como os serviços diplomáticos.

Se a este respeito não se segue uma nova orientação, se se destroem alterações positivas realizadas e se reconstituem os velhos mecanismos, se se continuam a fazer saneamentos em massa à esquerda e a readmitir fascistas, a democracia portuguesa poderá vir a pagar com a própria existência esta política de contemporização ou compromisso com as forças reaccionárias.

Para aplicação de uma política democrática é indispensável um Estado democrático. Embora tendo em conta a complexidade da situação e a impossibilidade de uma modificação radical a curto ou a médio prazo, a democratização de todo o aparelho de Estado, a construção de um órgão democrático é a condição para a sobrevivência, a actividade e o progresso da democracia portuguesa.

Finalmente o problema do Poder.

A institucionalização da democracia não resolveu nem podia resolver sem contradições o problema do Poder. O sistema de equilíbrio das funções entre o Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República e Governo, caracterizam um poder de complexa composição social, onde permanece também em novas formas, apesar das transformações verificadas no último ano, a aliança do Povo com as Forças Armadas. Na Revolução portuguesa, na fase actual, estão interessadas classes e camadas sociais diversas: a classe operária, os empregados, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, as camadas intermédias (intelectuais, quadros, profissões liberais), os artesãos.

No regime democrático que se criou, o Poder, designadamente o Governo, necessita de ter a representação política dessas várias classes e camadas e de ter o seu apoio.

Os comunistas eram no Governo, praticamente os únicos representantes da classe operária, dos seus interesses e aspirações.

A saída dos comunistas do Governo não contribui, nem para a eficiência nem para a estabilidade dos órgãos governativos, antes pelo contrário, contribui para afastar os órgãos do Poder das realidades nacionais e para diminuir a sua base social e política de apoio. Sem o PCP não haverá no Governo representação condigna da classe operária e das massas trabalhadoras.

O Governo PS sozinho não está em condições de resolver os problemas políticos, económicos e sociais que Portugal defronta. E não o está por não ter em conta os interesses da classe operária e das classes trabalhadoras, porque a política que adoptou é uma política de recuperação capitalista, que não se adapta nem poderá adaptar-se à situação real económica, social e política criada pela Revolução.

## As novas estruturas

Perante a incapacidade do Governo PS para dar solução aos problemas económicos e financeiros, os partidos reaccionários acusam-no de «incompetência», afirmando-se eles naturalmente desde já como os únicos «competentes» capazes de resolver todas as dificuldades.

Nós conhecemos a competência desses senhores. É a competência para servir o grande capital. Nem o Povo nem o País precisam de tal competência.

A questão fundamental não é, porém, essa. No Governo é, sem dúvida, indispensável que esteja gente preparada, conhecedora, tecnicamente competente. Mas a competência técnica não se pode separar da orientação política. Além da competência técnica é indispensável que a política adoptada tenha em conta a natureza e as estruturas existentes actualmente na economia portuguesa.

Com a orientação que adoptou, o Governo PS mesmo que todos os ministros fossem tecnicamente muito competentes, não conseguiria resolver os problemas. Não conseguiria o Governo PS, como não conseguiriam quaisquer governos com o CDS e o PPD.

Há ainda quem examine os problemas nacionais, como se estivéssemos em 24 de Abril de 1974, como se as estruturas económicas e sociais do Portugal de hoje fossem as mesmas de então. A verdade é que a Revolução levou a cabo alterações profundas nas estruturas da economia portuguesa e é nelas que tem de assentar obrigatoriamente uma política de reanimação económica e de reequilíbrio financeiro, para que possa ser bem sucedida.

O capitalismo monopolista sofreu golpes mortais com a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia nacional.

O sector nacionalizado abrange 245 empresas às quais se devem acrescentar 33 que já pertenciam ao sector público. O número total de trabalhadores neste sector sobe a cerca de 140.000. O valor global do capital social das empresas nacionalizadas (antes do 25 de Abril), rondava os 40 milhões de contos, ou seja, 38% do capital social de todas as sociedades. Calcula-se que a este sector corresponda 14% da mão-de-obra nacional, 25% do valor acrescentado bruto e 44% dos investimentos. A importância real do sector na economia portuguesa está, porém, muito além do que estes números indicam em virtude da importância dos sectores nacionalizados na economia: bancos, companhias de seguros, energia eléctrica, petróleo, siderurgia, química, cimento, transportes, construção naval, além de sectores como os vidros, o tabaco e as cervejas.

As empresas sob intervenção do Estado, entre as quais muitas das mais importantes do País, praticamente em todos os ramos de actividade e abrangendo cerca de 60.000 trabalhadores.

b) cerca de 200 empresas mistas, onde a participação do Estado sobe a mais de metade do capital, além de muitas outras onde existe uma participação inferior.

c) 787 cooperativas formadas em empresas sabotadas ou abandonadas pelo patronato reaccionário.

As empresas nacionalizadas e este conjunto de empresas abrangem os principais sectores da indústria nacional, com um total que não deve andar longe de 250 mil trabalhadores.

Não se trata, porém, apenas de uma situação jurídica nova. Todo o processo revolucionário que conduziu a esta situação significou a activa intervenção dos trabalhadores em todos os aspectos da vida das empresas, ao estabelecimento do controlo operário e da gestão pelos trabalhadores em muitas centenas delas.

Não foram menores as transformações realizadas na agricultura.

A Reforma Agrária, conduziu à expropriação de 1.140.800 hectares de terra (cerca de um quinto da superfície agrícola) e à formação de cerca de 450 cooperativas e unidades colectivas, onde os trabalhadores libertados da exploração dirigem e administram eles próprios as unidades.

As leis do desenvolvimento capitalista — da mais-valia, da concorrência, da acumulação — deixaram de ter aplicação universal na economia portuguesa. A contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada dos meios de produção foi superada em zonas muito importantes da economia nacional pela liquidação dessa apropriação privada.

Em resultado de todas essas transformações revolucionárias, existe actualmente uma diversificação do tipo da economia em quatro formações essenciais:

A primeira: uma formação económica não capitalista, constituída: a) pelo sector do Estado (empresas públicas, empresas nacionalizadas e empresas sob intervenção do Estado; b) pelas cooperativas e unidades colectivas de produção na zona da Reforma Agrária; c) pelas cooperativas formadas em antigas médias empresas (autogestão).

A segunda: uma formação económica capitalista, constituída por empresas nacionais particularmente na indústria ligeira e por empresas estrangeiras estas ainda em sectores básicos.

A terceira: uma formação económica de pequena produção mercantil, constituída por artesãos e pequenas explorações agrícolas e industriais sem ou com um número muito reduzido de trabalhadores assalariados.

A quarta: uma formação económica tendendo a transformar-se num sector de capitalismo de Estado, designadamente com empresas mistas.

Se considerarmos apenas a situação económica, sem olhar à natureza de classe do poder político, pode afirmar-se que a economia portuguesa, no seu conjunto, se encontra num estágio intermédio e transitório entre uma economia capitalista e uma economia socialista, ainda com um tipo económico capitalista dominante, mas com um tipo económico não capitalista determinante.

Uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, contrária já hoje as leis tendenciais da evolução económica com as actuais estruturas. Uma tal política não poderá resolver as dificuldades económicas, mas, pelo contrário, se tentarem levá-la por diante não só necessitará do recurso a meios repressivos e violentos, como provocará uma maior depressão económica.

Uma evolução capitalista exigiria um regresso ao passado, significaria a contra-revolução.

Com as estruturas actuais, a evolução natural da economia portuguesa é no sentido do socialismo.

Só uma política traçada a partir da consolidação das conquistas da Revolução e com a perspectiva do socialismo, estará em condições de resolver, em democracia, os problemas económicos que Portugal defronta.

Isto significa que, embora se tenha obrigatoriamente em conta a diversidade das formações económicas existentes e portanto a diversidade dos estímulos para a produção nas várias formações, a dinâmica predominante para salvar Portugal das dificuldades, e para abrir caminho ao desenvolvimento, não poderá ser uma dinâmica capitalista, terá de ser uma dinâmica não capitalista, na qual o móbil da produção, as formas e destino da acumulação e os consumos se distinguem radicalmente dos existentes numa economia capitalista.

A única política que pode reanimar a economia será aquela que assente na defesa, consolidação e expansão da formação não capitalista (nacionalizações, intervenção do Estado, cooperativas, Reforma Agrária), concretizando-se numa convergência da acção dos órgãos do Poder com a intervenção dos trabalhadores.

Esta é uma questão fundamental para a apreciação de toda a situação económica e política portuguesa e para determinar qual a política necessária.

A alternativa real no momento presente é entre a democracia (e democracia significa terem-se como definitivas e completamente irreversíveis as conquistas da Revolução e caminhar-se para o socialismo) ou a recuperação capitalista, o que significaria, a curto termo, a liquidação do regime democrático e a instauração de uma nova ditadura.



## A política económica necessária

As modificações radicais nas estruturas económicas exigem modificações radicais na política económica.

A política de recuperação capitalista e a tentativa de impor, como estímulo das actividades económicas, a dinâmica capitalista assente nas leis da mais valia e da acumulação, contrariam, no conjunto da economia nacional, o processo de produção.

Seria bom que todos os políticos responsáveis procurassem responder a duas perguntas: A primeira, qual a razão porque a política económica do VI Governo Provisório, com hegemonia do PS-PPD, e a política económica do governo PS não conseguiram nem conseguem resolver os problemas económicos fundamentais? A segunda, qual a razão por que, tendo-se registado há mais de um ano uma modificação na correlação de forças ao nível do governo a favor das forças e tendências da direita, tendo sido há mais de um ano definida uma política de recuperação capitalista, de contestação da Reforma Agrária e do controlo operário, estas conquistas da Revolução ainda não puderam ser destruídas e continuam no fundamental sendo parte integrante da nossa democracia?

Há uma explicação política. O Poder político não é homogéneo e as forças revolucionárias (populares e militares) continuam a ser poderosas. Mas há também uma explicação económica. A recuperação capitalista e agrária contraria as leis tendenciais não capitalistas já hoje determinantes na economia portuguesa. As medidas, as soluções, os esquemas de intervenção avançados pelos Ministérios da Economia e Finanças repetem processos que podem ser muito válidos nos países capitalistas, mas deixaram de o ser numa economia como a portuguesa, que, na situação actual, objectivamente, é uma economia de transição.

Assim, o planeamento, a política bancária, a política orçamental, a política de crédito, com os critérios actuais, estão-se tornando travões efectivos à vida económica normal e ao desenvolvimento. Para que possam servir a economia nacional, têm de se adaptar às novas estruturas duma economia de transição, em que o sector não capitalista é o determinante.

O que a economia portuguesa exige não são indicações programáticas a que se tem chamado planeamento, mas uma verdadeira planificação, para pôr termo à anarquia da produção, à descoordenação, aos entrelaçamentos, às assimetrias regionais e sectoriais, herdadas do capitalismo monopolista.

O plano não poderá ser concebido como um mapa de previsões feito por tecnocratas fechados em gabinetes. O plano que a economia portuguesa necessita terá de fazer o apuramento de estudos especializados realizados em organismos centrais e corrigidos por uma ampla apreciação pelos administradores, técnicos e trabalhadores dos sectores e empresas.

O orçamento, incluindo o sistema fiscal e a política de financiamentos e investimentos do Estado, deve tornar-se um instrumento de direcção económica.

A banca nacionalizada conserva estruturas que foram determinadas pelos interesses dos grupos monopolistas, e não correspondem, hoje, nem às necessidades da actividade bancária, nem às exigências da actividade económica e financeira nacional, designadamente no domínio da centralização de capitais disponíveis, do crédito e dos investimentos.

As necessidades objectivas exigem uma profunda reestruturação, em que a coordenação, simplificação e especialização são traços fundamentais.

A política de crédito, sem desprezar o sector privado e particularmente as pequenas e médias empresas, deve atender prioritariamente o sector nacionalizado, as cooperativas e a Reforma Agrária, assim como os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais.

A política de preços, deve também integrar-se num sistema de planeamento voltado para uma dinâmica não capitalista.

Utilizando estes poderosos instrumentos de intervenção e direcção das actividades económicas, é possível atacar com sucesso os graves problemas imediatos e lançar os fundamentos duma política de desenvolvimento.

A base fundamental de reanimação económica, o sector de arranque pode e deve ser o sector não capitalista.

Na indústria, no sector nacionalizado, no sector sob intervenção do Estado e nas empresas sob controlo dos trabalhadores ou geridas por estes, é possível aumentar a produção, melhorar a produtividade, reequilibrar a situação financeira.

Facé a sabotagem económica e às manobras fraudulentas do grande capital que conduziu a maior parte das empresas à beira da falência e do encerramento deve-se aos trabalhadores a manutenção de numerosas

fábricas em laboração, a resolução dos problemas da produção e do mercado, o melhoramento da situação financeira. Se a indústria portuguesa não foi completamente arruinada pelo grande capital e seus cúmplices, aos trabalhadores Portugal o deve.

Os partidos reaccionários e o Governo PS dizem que a questão fundamental para a recuperação económica é «ganhar a confiança» dos capitalistas, a fim de se interessarem pela produção e investirem os seus capitais.

Naturalmente que deve ser assegurada a laboração regular das empresas capitalistas. Mas, por muita importância que tenha o sector capitalista, o arranque para a reanimação económica e o desenvolvimento, terá de vir do sector não capitalista, tendo além do mais em conta que, com a banca nacionalizada, o Estado está em condições de definir, planificar e dirigir uma política nacional de investimentos.

Para isso, é necessário ganhar, não tanto a confiança dos capitalistas, como a dos trabalhadores, porque sem a destes a reanimação económica e o desenvolvimento não se poderão alcançar.

O PCP entende que se devem dar garantias às empresas privadas desde que respeitem as leis democráticas e os interesses da economia nacional. Mas são necessárias outras «garantias» e essas dadas aos trabalhadores.

Primeira: que não será realizada uma política de recuperação capitalista;

segunda: que não haverá quaisquer desnacionalizações;

terceira: que não será admitida a formação de novas empresas capitalistas nem a participação de capital privado nos sectores nacionalizados;

quarta: que será mantido e reforçado o controlo operário e mantida a gestão pelos trabalhadores nas empresas onde foi instaurado;

quinta: que as empresas sob intervenção do Estado não serão entregues aos antigos proprietários que as sabotaram e conduziram à beira da ruína, mas que, pelo contrário será dada uma das duas soluções: ou a nacionalização, ou a transformação em cooperativa.

Os trabalhadores precisam de saber se estão ou não garantidas as conquistas revolucionárias. Precisam de ter a certeza de que as autoridades intervêm para impedir que os antigos patrões continuem a tomar de assalto com bandos armados as empresas que lhes pertenciam. Para darem o esforço necessário é condição que sejam contrariadas as tentativas de recuperação capitalista e que a construção da democracia portuguesa prossiga rumo ao socialismo.

No que respeita à agricultura, para o aumento da produção e do desenvolvimento, tem que ser definida uma política em três direcções fundamentais: a Reforma Agrária na zona onde está a ser realizada, a Reforma Agrária nas outras regiões e a solução dos problemas imediatos dos pequenos e médios agricultores.

Os resultados do primeiro ano da Reforma Agrária mostraram que os trabalhadores, desde que libertados da exploração dos agrários e dos capitalistas, desde que trabalhando para si próprios e para o País, conseguem um rápido aumento da produção.

Quando os trabalhadores começaram a ocupar os latifúndios e quando foi finalmente decretada a Lei da Reforma Agrária, a reacção, as forças conservadoras, o PS, gritaram que seria o caos e o desastre, que não haveria colheitas, que os gados seriam abatidos, que os trabalhadores morreriam à fome.

E que se viu?

Nas terras cultivadas pelos trabalhadores e segundo números que pecam por defeito, as áreas semeadas aumentaram 154.811 ha (mais 18,1%), a área de regadio aumentou 3200 ha (mais de 30%), as produções de trigo, aveia e cevada aumentaram 248.800 ton (mais 46%), o efectivo pecuário aumentou 123.839 cabeças (mais 40%) e o número de trabalhadores empregados aumentou 32.956 permanentes (mais 29,7%) e 17.079 eventuais (mais 16%). Verificou-se também que no mesmo período aumentou consideravelmente o número de máquinas, entre as quais mais 1463 tractores e se realizaram numerosos melhoramentos fundiários, entre os quais 60 barragens e albufeiras, 150 pequenas obras de regadio e 60 instalações pecuárias.

Um tal sucesso foi possível graças à luta, ao trabalho esforçado, à iniciativa dos trabalhadores, ao facto de nesse milhão de hectares de terra expropriados ter sido abolida a exploração do homem pelo homem.

A Reforma Agrária da Revolução portuguesa, tal como foi realizada até hoje, não foi uma reforma agrária de uma revolução burguesa, mas uma Reforma Agrária de carácter socialista. Daí o seu êxito.

As condições muito particulares da zona da Reforma Agrária, com o predomínio da grande propriedade latifundiária, a cultura extensiva e as elevadíssimas percentagens de proletários rurais (média de 85% da

população agrícola activa), determinaram uma forma muito particular de organização das unidades agrícolas constituídas nas terras expropriadas.

Intitulando-se muitas vezes «cooperativas», as Unidades Colectivas de Produção (como já hoje também se chamam), constituem uma forma de organização que, na própria luta e experiência vai ganhando contornos definidos. Criada pelos trabalhadores, pelos magníficos resultados no primeiro ano da Reforma Agrária, mostra corresponder no essencial às condições concretas existentes.

Podem e devem constituir-se também cooperativas agrícolas de pequenos e médios agricultores, mesmo na zona da Reforma Agrária, com partilha de terras pelos pequenos agricultores, se assim o desejarem. Mas no Alentejo, Ribatejo, distrito de Setúbal, a «partilha de terras» não corresponde à maneira de ser e às aspirações da maioria esmagadora daqueles que trabalham a terra.

A exploração colectiva foi a solução que os trabalhadores voluntariamente encontraram, em que querem permanecer e que deverá ser a predominante.

A defesa das Unidades Colectivas de Produção identifica-se com a defesa da própria Reforma Agrária no Sul, com a defesa do progresso agrícola, com a defesa da própria democracia portuguesa.

Nenhuma democracia, nenhum português que respeite os interesses nacionais, pode querer destruir o imenso esforço criador de dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas que melhoraram já hoje radicalmente a agricultura e as condições de vida numa vasta zona.

Uma coisa deve estar absolutamente clara: nenhuma solução é possível sem ser de acordo com os próprios trabalhadores.

De acordo com os trabalhadores, respeitando e aperfeiçoando as formas de organização por eles escolhidas, com o apoio técnico e crédito, a agricultura na zona da Reforma Agrária, pode conhecer um rápido desenvolvimento e acusar novos grandes sucessos na produção.

O aumento da produção agrícola não é só do interesse dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores. É uma questão de interesse nacional. Está contra a Reforma Agrária é estar contra a democracia e contra os interesses nacionais. Defender a Reforma Agrária é defender a democracia e a independência nacional.

Recentemente os trabalhadores deram mais uma extraordinária prova de consciência de classe e sentido de responsabilidade, negociando a restituição de uns tantos milhares de hectares de terra cuja ocupação fora contestada pelos proprietários.

Os trabalhadores deram o exemplo no cumprimento da lei. É necessário que não sejam apenas os trabalhadores a cumprir-la e que todos a cumpram. Meio milhão de hectares de terra que deviam por lei ser expropriados, ainda continuam na posse dos latifundiários. Essa terra deve ser entregue a quem a trabalha.

A Reforma Agrária tem de ser levada até ao fim, com a certeza de que, havendo o apoio necessário, os trabalhadores transformarão rapidamente a antiga agricultura dos latifúndios, agricultura de miséria e desemprego, numa agricultura florescente, com produções e produtividade crescentes, para benefício do Povo e do País.

No que respeita às outras regiões, a par dos interesses dos trabalhadores assalariados agrícolas (que são em número muito mais elevado do que muitos supõem), é necessário ter particularmente em conta os interesses e aspirações dos pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros, parceiros e outros).

Uma das grandes falhas da Revolução portuguesa foi não ter dado resposta adequada aos problemas destas camadas do campesinato, o que contribuiu para que a reacção organizada nos seus partidos e na CAP tivesse podido manter vastas regiões na órbita da sua influência política.

É urgente dar uma resposta correcta aos problemas imediatos que mais afectam os pequenos e médios agricultores, como créditos, reduções e isenções fiscais, fixação anterior dos preços, garantia do escoamento dos produtos; simplificação dos circuitos comerciais e outras reivindicações muito sentidas.

A aplicação da Lei do Arrendamento Rural, de que podem beneficiar muitas dezenas de milhares de pequenos e médios agricultores, é actualmente um dos principais objectivos, para alcançar, o qual está em pleno desenvolvimento um movimento de massas.

Também reveste grande importância a aplicação das Leis dos Baldios e da extinção dos foros e a luta pela extinção da colónia na Madeira.

Trata-se dos primeiros passos para uma **Reforma Agrária nessas regiões, que deverá ter necessariamente características muito diferentes da Reforma Agrária no Sul.**

É um ponto de partida essencial o respeito escrupuloso pela propriedade privada da terra dos pequenos e médios agricultores, o desenvolvimento das cooperativas inicialmente com objectivos limitados (comercialização, créditos, outros), sem muita pressa em constituir (antes de estarem as condições criadas), cooperativas agrícolas de produção. Em todos os problemas referentes às estruturas agrárias no Centro e Norte é essencial o respeito pela vontade e pela decisão dos pequenos e médios agricultores.

A Reforma Agrária não poderá entretanto limitar-se a isso. Fora da região abrangida actualmente pela Reforma Agrária, há muito grandes propriedades, tanto em extensão como em valor, e muitos ricos proprietários, que vivem à custa do trabalho de centenas de milhares de assalariados agrícolas e de pequenos e médios proprietários, rendeiros, foreiros, caseiros e outros.

Será necessário por um sistema de pontuação adequada marcar o limite máximo de terra que podem ter os grandes proprietários, e entregar as terras estabelecidas à população trabalhadora dos campos, que poderá dividi-las e partilhá-las, se assim o entender, ou formar cooperativas como é desejável.

Embora para uma tal reforma não estejam ainda criadas as condições políticas e de organização necessárias, é necessário abrir com mais nitidez essa perspectiva ao campesinato.

É dentro destas perspectivas gerais, e não com uma política de recuperação capitalista e agrária que se podem resolver com êxito os **problemas imediatos que afectam a economia portuguesa e que exigem medidas de emergência.**

Existe uma situação deficitária generalizada. Consome-se muito mais do que aquilo que se produz. Esta diferença traduz-se num elevado **déficit da balança de pagamentos**, que o governo diz poder vir a atingir este ano 40 milhões de contos. Isto tem de ser pago em ouro ou moedas estrangeiras das reservas. E as reservas caminham para o rápido esgotamento graças à imprevidência e à política económica seguida pelos governos.

Esta situação exige **energias medidas para baixar rapidamente de forma planificada, o déficit da balança de pagamentos** importando menos, exportando mais, substituindo por produtos portugueses muito do que hoje se importa, consumindo menos e produzindo mais, e tudo isto inserido numa nova dinâmica económica. A solução não é recorrer, como o Governo PS está fazendo, aos empréstimos externos em condições que agravam cada dia mais a dependência de Portugal a hipotecam o futuro da nossa economia. O Governo PS continua a deixar

apodrecer a situação financeira do País. Dentro de poucos meses, quando não houver dinheiro para importar artigos alimentares e outros, que fará o Governo, se ainda existir? Procurará uma vez mais aflito quem empreste dinheiro? Para que os imperialistas o ofereçam, com condições políticas, ainda mais humilhantes do que aquelas que até hoje têm imposto? Para que Portugal aceite dinheiro sob condição de ter um governo reaccionário, com PPD ou mesmo com PPD e CDS? Ou pedirá a demissão deixando os cofres vazios?

Sem menosprezar apoios a ajudas externas, **a solução dos problemas portugueses têm que encontrar-se na mobilização dos recursos, do trabalho, da vontade, das energias, do espírito patriótico do Povo português.**

O PCP defende uma política de austeridade, mas que signifique um esforço sério de todo o País, a começar pelas camadas privilegiadas, para reduzir os consumos e por um grande esforço para aumentar a produção.

O Governo PS parece pensar que, apertando o cinto aos trabalhadores, terá resolvido o problema do reequilíbrio financeiro. Além de se tratar de uma política antioperária, que os trabalhadores não aceitarão, uma tal política, mesmo considerada no plano meramente económico, não contribuirá para a solução das dificuldades actuais.

Ao contrário da política económica dos antigos grupos monopolistas e do seu Governo fascista, é necessário, a par do alargamento do mercado externo, não restringir, mas, pelo contrário, **alargar o mercado interno.** Esse alargamento pode e deve dar-se: pelo desenvolvimento agrícola (alargando o mercado aos adubos, máquinas agrícolas, etc.); pelo desenvolvimento industrial (consumo de equipamentos e máquinas de produção nacional, etc.); por uma política de salários e preços de que resulte o aumento dos **salários reais e o aumento da capacidade de compra da população** o que se reflecte particularmente no desenvolvimento da produção nos sectores de bens de consumo corrente.

Os planos do CDS e do PPD e de alguns dirigentes do PS, baseados na liquidação das conquistas da Revolução e na recuperação capitalista, agrária e imperialista e no agravamento das condições de vida dos trabalhadores não conduziria a uma reanimação económica, mas sim a novas e mais profundas perturbações da vida económica e a uma profunda depressão.

A política do PCP, defendendo como determinante uma **dinâmica não capitalista**, em que a reanimação económica e o desenvolvimento são inseparáveis do melhoramento das condições de vida materiais e culturais dos trabalhadores e das grandes massas da população, não corresponde apenas a objectivos de justiça social, mas às exigências de carácter objectivo das actuais estruturas económicas diversificadas da economia portuguesa.

Os trabalhadores estão dispostos a grandes sacrifícios para que sejam defendidas as conquistas da Revolução, para que a democracia portuguesa prossiga no caminho do



socialismo. Mas não para que os resultados do seu trabalho e dos seus sacrifícios vão cair de novo na carteira dos seus exploradores e alimentar a sua vida de parasitagem.

O PCP tem lutado e luta contra reivindicações irrealistas inspiradas pela reacção e pelos grupos pseudo-revolucionários que a servem. Tem lutado e luta para o funcionamento normal das empresas e o desenvolvimento industrial e agrícola. Tem esclarecido a necessidade de considerar de forma nova as relações dos trabalhadores com as administrações nos sectores de formação não capitalista; a necessidade de considerar as reivindicações; tendo em conta a situação financeira das empresas; a necessidade de utilizar a greve, tendo em conta todas as suas repercussões sociais, económicas e políticas. Mas tudo isto dentro da perspectiva socialista e lutando incessantemente pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.

O PCP opõe-se firmemente a uma política de congelamento de salários e do aumento de preços. Defende ser necessário, ao contrário, descongelar a contratação colectiva, actualizar o salário mínimo nacional, actualizar os salários segundo o aumento do custo de vida, e pôr termo às discriminações profissionais e salariais em relação às mulheres e aos jovens.

A par do melhoramento das condições de vida material, é necessário resolver os problemas da saúde, do ensino e da cultura, uma política geral da democratização da vida portuguesa, e não, como está a suceder no MEIC, com uma política de intolerância, saneamentos à esquerda e liquidação das conquistas democráticas, uma política que se poderia chamar de recuperação obscurantista.

O PCP defende uma política económica que associe a reanimação económica ao melhoramento das condições de vida das massas populares. Defende uma política ao serviço do Povo e do País. Uma política que, tendo em conta as transformações revolucionárias verificadas, é a única que pode resolver, com democracia, os problemas actuais da economia portuguesa e que pode conduzir a democracia portuguesa para o socialismo.

Uma condição essencial para que uma política possa resolver os problemas nacionais, é que seja realmente nacional, que seja determinada apenas pelos interesses do Povo português e não pelas pressões, ameaças, chantagens e ingerências do imperialismo estrangeiro e da social-democracia europeia.

A integração de Portugal no Mercado Comum não conduzirá à independência, mas à submissão.

O PCP defende relações de amizade e cooperação com todos os países, incluindo naturalmente os países capitalistas, incluindo o Mercado Comum. Mas opõe-se firmemente à submissão económica, política e militar de Portugal ao imperialismo.

A construção de um regime democrático a caminho do socialismo exige a oposição patriótica a imposições estrangeiras e a defesa firme e corajosa da independência nacional.

## A alternativa democrática

Sendo certo que todas as forças reaccionárias continuarão desenvolvendo uma intensa actividade para liquidar a democracia, sendo certo que o governo PS insiste numa política de recuperação capitalista, de cedência à reacção e de alianças à direita, — como defender a Revolução e as suas conquistas? Como assegurar a construção da democracia portuguesa?

A primeira coisa a lembrar é a própria experiência da Revolução portuguesa: as grandes transformações revolucionárias foram alcançadas sem que existisse um poder revolucionário, graças, sobretudo, à aliança do movimento popular com o MFA, graças à conjugação da luta revolucionária do Povo português e daqueles que nos órgãos do poder estavam com o Povo trabalhador, com a democracia, com o progresso social.

A situação mudou. Existe hoje um regime democrático institucionalizado. Mas, apesar das condições diferentes, a força das massas populares organizadas e unidas, o espírito do 25 de Abril nas Forças Armadas continuam a pesar em toda a vida política portuguesa.

É possível defender as conquistas da Revolução e prosseguir a construção da democracia, desde que a acção se desenvolva em dois planos complementares: ao nível das massas e ao nível dos órgãos do poder.

Ao nível das massas, é tarefa fundamental reforçar em todos os aspectos o movimento operário e popular.

é o reforço da unidade e da organização da classe operária e de todos os trabalhadores.

Tem particular importância o reforço do movimento sindical unitário e o desenvolvimento e coordenação da actividade das Comissões de Trabalhadores, Assembleias Populares, Comissões de Moradores e outras formas de organização populares de base, que constituem poderosas formas de organização das massas populares.

O movimento sindical e o seu organismo confederal, a Intersindical, estão actualmente sob o fogo centrado das forças de recuperação capitalista.

O inimigo de classe conhece o extraordinário valor do movimento sindical. Sabe que ele é uma arma poderosa para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Sabe do seu papel nas transformações revolucionárias, nas nacionalizações, na Reforma Agrária, no controlo operário. Por isso lhe faz guerra. Por isso procura impedir e reprimir as actividades sindicais nas empresas. Por isso despide prestigiosos dirigentes sindicais, como recentemente sucedeu. Por isso, o quer dividir, enfraquecer, ou submeter a burocracias corrompidas e venais.

A classe operária está dando firme resposta aos cisionistas da "Carta Aberta" apoiados e acicatados por agentes estrangeiros, pela CISL e a AFL-CIO dos Estados Unidos.

Os cisionistas, que chegaram a reunir 59 sindicatos, estão actualmente reduzidos a 10, e mesmo assim porque algumas das suas direcções contam ao contrário as

Tencionam publicar outras. No seu discurso no Congresso do PS, o seu secretário-geral fez novo apelo à cisão.

Estamos, entretanto, confiantes em que a classe operária e todos os trabalhadores derrotarão as manobras cisionistas, isolarão aqueles que queiram criar sindicatos concorrentes. Saberão defender a sua unidade e tomar o próximo Congresso Sindical uma nova grande vitória dos trabalhadores portugueses de transcendente importância para a defesa dos seus interesses, para evitar a recuperação capitalista e agrária, para assegurar o prosseguimento da democracia.

Pedimos à delegação da Intersindical, que, como convidada, assiste ao nosso Congresso, que transmita as nossas ardentes saudações ao heróico Movimento Sindical Português, expressão da unidade dos trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe e da democracia no caminho do socialismo.

O movimento operário e popular traduz, nos seus diversos sectores, as alianças das classes e camadas interessadas no processo revolucionário: a classe operária, os empregados, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os artesãos, os intelectuais, os quadros, os homens e mulheres das profissões liberais.

Vencendo o sectarismo que se manifesta em alguns sectores, a classe operária deve tomar firmemente a defesa dos interesses dos seus aliados e ajudar o desenvolvimento das organizações e movimentos

se voltarão finalmente em massa contra os seus exploradores e opressores.

A todas as frentes de luta popular o nosso Partido tem de dar um decisivo impulso.

No Relatório e nas Teses trata-se largamente deste assunto. Mas são de lembrar aqui algumas direcções de trabalho.

É necessário impulsionar os movimentos da juventude trabalhadora e estudantil como grandes movimentos de massas, à frente dos quais se encontram as heróicas organizações dos jovens comunistas da UJC e da UEC, cujo aumento de efectivos e coordenação de actividade está na ordem do dia.

É necessário impulsionar a organização, a luta, as actividades específicas dos intelectuais, que têm atrás de si dignificantes tradições de luta no tempo do fascismo, e que, desde o 25 de Abril, irmanados com o Povo trabalhador, têm dado à Revolução o melhor do seu saber, do seu talento e da sua arte.

É necessário desenvolver os movimentos, organizações e acções das mulheres, onde as mulheres comunistas têm trabalhado com extrema dedicação, encontrando as formas adequadas para as várias categorias e ganhando ainda mais as mulheres para a activa participação em todas as frentes da luta popular.

É necessário grande atenção à organização e à luta dos quadros técnicos, das profissões liberais, dos pequenos e médios industriais e comerciantes.

É necessário, finalmente, considerar a defesa dos interesses das populações como uma das principais frentes de luta das massas, encabeçando com decisão e iniciativa a luta dos povos para a solução dos problemas da habitação, do saneamento básico, da electrificação, do abastecimento de água, do analfabetismo, e outras.

As eleições para as autarquias, que se devem realizar dentro de um mês, constituem uma das principais tarefas de todo o nosso Partido nos tempos mais próximos. O PCP participa e apoia as listas da Frente Eleitoral "Povo Unido". Há condições para eleger grande número de candidatos das listas unitárias apoiadas pelo Partido e de alcançar a maioria ou muito fortes posições em numerosas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

Nos anos transactos verificaram-se deficiências graves no trabalho da nossa Direcção em relação às autarquias. Os nossos camaradas que foram eleitos terão de futuro a assistência que lhes é devida.

As eleições para as autarquias excedem a importância das próprias autarquias. Grandes votações serão uma grande contribuição para a consolidação da democracia. Uma votação maciça nas listas Povo Unido nas regiões industriais e nas zonas da Reforma Agrária será uma contribuição que pode ser decisiva para a defesa das conquistas da Revolução.

Estamos confiantes em que uma grande vitória das forças democráticas e do nosso Partido será alcançada nessas eleições, contribuindo para que se criem condições mais favoráveis para uma alternativa democrática, uma alternativa da esquerda, em substituição do actual governo.

Em todas as frentes do movimento popular a unidade é condição indispensável para a vitória.

O PCP defende consequentemente uma política de unidade da classe operária, de todos os trabalhadores, dos sindicatos, das ligas e movimentos dos pequenos e médios agricultores, das cooperativas, de todas as classes e camadas sociais interessadas na liquidação definitiva dos monopólios e dos latifúndios.

Na nossa política unitária inscreve-se a aliança do Povo com o MFA, do Povo com as Forças Armadas, que foi a força motora do processo revolucionário e continua a ser essencial para a defesa e construção da democracia.

Essa aliança, que é uma expressão original da aliança das forças sociais interessadas na revolução antifascista e antimonopolista, continua a ser necessária hoje como o tem sido desde o 25 de Abril de 1974.

Basta ler a odiosa violência dos ataques e insultos dos fascistas e de toda a espécie de reaccionários contra o espírito do 25 de Abril nas Forças Armadas; basta ler as campanhas concertadas pelo afastamento de tais ou tais militares, para se concluir que os capitães de Abril e aqueles que depois se lhes juntaram continuam a ser indispensáveis à defesa e consolidação da democracia portuguesa.

Sem esquecer todos aqueles que com orientações políticas diversas e desempenhando funções mais ou menos responsáveis estão com a democracia e com a causa do Povo e da Revolução Portuguesa, saudamos a presença neste Congresso de uma delegação do



As acções de massas (que tomam formas novas e mais ricas correspondentes à nova situação que vivemos) continuam a ser determinantes.

As reclamações, manifestações, paralisações e greves são instrumentos legítimos, constitucionais e legais da luta dos trabalhadores e das massas populares, em defesa dos seus interesses, contra a exploração, as injustiças sociais, em defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

A par dessas formas de luta, ganham cada vez mais importância as formas de intervenção criadora das massas, através do trabalho, da organização, da decisão colectiva, do controlo, da gestão, na solução dos problemas económicos, sociais e políticos, na construção de uma nova economia e de uma nova sociedade.

Se se acentuar uma política antioperária e antipopular, de recuperação capitalista e agrária, as primeiras formas de luta tenderão a ser vigorosamente utilizadas.

Na medida em que se consolidem as transformações revolucionárias e o sector não capitalista da economia portuguesa e se desenvolva uma dinâmica não capitalista, as segundas formas de luta adquirirão cada vez maior relevo.

A organização, a unidade e a acção da classe operária e das massas populares são de vital importância para assegurar a vitória final da democracia portuguesa.

A primeira grande tarefa para o reforço e desenvolvimento do movimento operário e popular

votações das assembleias gerais e abandonam as salas, quando nas assembleias são irremediavelmente desmascarados e batidos.

Com gloriosas tradições de luta, a Intersindical, que conta com a filiação de 198 sindicatos, representando cerca de 1 milhão e meio de associados, continua junto com a esmagadora maioria dos sindicatos a defender a unidade dos trabalhadores, a unidade sindical.

A preparação do Congresso está dando lugar a uma grande movimentação da classe operária. O balanço da discussão do regulamento do Congresso mostra bem a determinação dos trabalhadores em defenderem a sua unidade. No decurso de um mês realizaram-se 197 assembleias gerais de sindicatos e plenários diversos, num total de 1487 reuniões, em que participaram 360 000 trabalhadores.

Na reunião geral dos sindicatos, realizada em 22/23-10-76, participaram 222 sindicatos (dos quais 160 filiados na Inter e 62 não filiados) e diversas organizações federativas, representando, no total, 1 585 000 trabalhadores. Nunca em Portugal se realizou uma tão grandiosa e representativa reunião de sindicatos.

O Congresso Sindical que se deve realizar em Janeiro é uma das mais decisivas batalhas da classe operária nos tempos próximos. É necessário concentrar grandes esforços nesta direcção para garantir uma grande vitória.

O Governo publicou já as primeiras leis que dão possibilidades jurídicas para a cisão dos sindicatos.

das várias classes e camadas interessadas no processo democrático.

É necessário que todas as organizações regionais e locais do Partido consagrem grande parte dos seus esforços ao progresso dos movimentos dos pequenos e médios agricultores, acentuando os progressos que se têm registado nos últimos tempos.

A luta pelo cumprimento da Lei do Arrendamento Rural traz à organização e à luta milhares de pequenos e médios agricultores. As Ligas, o MARN e outras organizações e movimentos alargam a sua influência e ganham apoio crescente em zonas ainda há pouco completamente dominadas pelos caciques reaccionários.

É para nós motivo de grande alegria a presença no nosso Congresso, como convidados, de representantes do MARN e de outras organizações camponesas. Expressamos através delas a nossa confiança na vitória da luta corajosa dos pequenos e médios agricultores em defesa dos seus interesses e direitos fundamentais.

O desenvolvimento destas lutas e movimentos é decisivo para o futuro democrático de Portugal. No dia em que o campesinato do Centro e Norte engrosse a torrente da Revolução, as forças reaccionárias estarão definitivamente perdidas.

Os grandes progressos verificados levam a confirmar que não estará longe o dia em que aqueles que trabalham a terra nas "zonas ocupadas" pela reacção

Conselho da Revolução e dos representantes das casas militar e civil do Presidente da República, e fazemos ardentes votos para que os órgãos de soberania político-militares, já confirmados pela vontade do Povo, estejam sempre à altura das grandes responsabilidades que lhes confere o serem os representantes e os continuadores do glorioso ideal libertador do 25 de Abril.

Saudando também a presença neste Congresso, como convidados, das delegações do MDP/CDE, do Partido Socialista, do Movimento Social-Democrata, da Intervenção Socialista, da Frente Socialista Popular e da Liga Comunista Internacionalista, e de numerosas personalidades democratas sem partido, queremos confirmar da tribuna deste Congresso, e na sua presença, que o PCP emprega e empregará os seus melhores esforços para que se unam na acção todos quantos querem evitar o regresso ao passado fascista e assegurar a construção da democracia em Portugal.

Se todas as forças democráticas, civis e militares, souberem vencer as diferenças de opinião e se se souberem unir na base de uma plataforma comum, a vitória definitiva da democracia portuguesa está assegurada.

Atuando de forma a contribuir para a consolidação das instituições actuais, para uma política de cooperação de todos aqueles que estão com o prosseguimento do processo democrático, para possibilitar a formação de um governo democrático com uma política que responda às exigências da situação actual, resolva os problemas urgentes e conduza a democracia portuguesa pelo único caminho possível: o caminho da democratização da vida política, social, cultural, económica, na base das grandes conquistas revolucionárias alcançadas.

O PCP tudo fará para contribuir, através da sua acção política, para a unidade das Forças Armadas na base do respeito e observância da Constituição, da defesa da democracia e da independência nacional.

O PCP procurará dar uma contribuição construtiva à actividade dos órgãos de soberania político-militar: Presidente da República e Conselho da Revolução.

O PCP defenderá firmemente na Assembleia da República, através dos seus 40 deputados, os interesses dos trabalhadores e as conquistas da Revolução. Propõe e proporá legislação que responda aos problemas prementes da situação actual. Procurará uma aproximação e entendimento com os deputados socialistas, a fim de que os dois grupos parlamentares em conjunto (que dispõem da maioria) possam fazer aprovar leis e tomar medidas favoráveis à construção da democracia portuguesa, tal como sucedeu recentemente em relação à lei eleitoral para as autarquias.

Em relação ao governo PS, apesar de todas as severas críticas e reservas à sua actividade, o PCP continuará a não tomar uma atitude de oposição sistemática. Combaterá as medidas que decida contra os trabalhadores e contra a democracia e apoiará as medidas positivas que eventualmente venha a tomar.

Tais são as posições do PCP em relação aos órgãos do poder.

Deve ter-se, porém, a clara ideia de que a situação continua muito instável, que a ofensiva da reacção se intensifica e que tudo se encaminha para que venha a colocar-se na ordem do dia dentro de um prazo relativamente curto de tempo a substituição do governo PS.

A democracia portuguesa não está interessada em que a previsível queda do governo PS dê lugar a um governo abertamente de direita, com o PS ou sem o PS.

Mas a verdade é que o actual governo, por ser minoritário na Assembleia, por não ter apoios sociais e políticos indispensáveis para a política de emergência que se impõe, pelo seu Programa, pela sua composição, pela sua política, não resolve, como se vê, nem poderá resolver as dificuldades que o País defronta.

Não há certamente nenhuma força com responsabilidades na vida política portuguesa que não esteja já examinando uma alternativa.

O nosso esforço desde agora deve ser para preparar as condições para que a alternativa não seja um governo reaccionário ou abertamente de direita, mas sim uma alternativa democrática.

A reacção aponta para um futuro governo comum PS-PPD ou mesmo PS-PPD-CDS e os imperialistas, continuando a ingerir-se na nossa política interna, insistem na mesma solução.

É absolutamente certo que um tal governo de direita, ainda menos que o governo PS estaria em condições de resolver os problemas nacionais. Agraviaria todos eles — económicos, sociais e políticos — e poderia conduzir o País a uma verdadeira catástrofe, com perigos de sobocar numa ditadura fascista e na submissão efectiva ao imperialismo estrangeiro.

Devemos empenhar os nossos esforços desde já para impedir a formação de um tal governo da direita e para que venha a ser possível uma alternativa democrática.

Como se sublinha no Relatório, nas actuais condições existem apenas duas soluções:

A primeira, a mais natural e conforme com as instituições é a formação de uma maioria de esquerda e de um governo de esquerda com participação comunista.

Constituído na base de um Programa comum, deveria incluir membros do PS, do PCP, militares, independentes e membros de quaisquer outros partidos que se juntassem ao projecto de assegurar o prosseguimento do processo democrático.

Existem as condições institucionais básicas para uma tal solução. Na Assembleia da República os deputados socialistas e comunistas, juntos, têm uma confortável maioria. É a base institucional necessária para a formação de um governo e o apoio à sua acção governativa.

Sem dúvida que esta situação é difícil em virtude do anticomunismo primário de vários dirigentes do PS e da sua política de direita. Mais importante do que isso é porém a própria situação política, económica e social, que aponta para um tal governo como a saída que melhor pode corresponder aos interesses do Povo e da democracia portuguesa e que poderia contar com mais poderoso apoio popular.

Assinalamos com alegria que, ao nível das fábricas e das localidades, são cada vez mais frequentes os contactos e os casos de cooperação de socialistas e comunistas. Os perigos reais que existem para a democracia (perigos que vêm da direita e só da direita) levarão cada vez mais todos os antifascistas, incluindo socialistas, à conclusão de que com a política actual do Governo o PS pode também correr para o desastre.

Nós não esquecemos que, entre os socialistas, se encontram muitos antifascistas sinceros e homens e mulheres de esquerda. Não esquecemos que há muitos

trabalhadores que apoiam o PS.

O recente Congresso do PS mostrou que o PS se debate com dificuldades internas, que há esquerda e há direita, que há representantes de trabalhadores e representantes da burguesia e que assim, mesmo no seio do PS, não é fácil a "regulamentação" da luta de classes.

Apesar da política anticomunista de dirigentes do PS, o PCP continua a defender a aproximação, cooperação e entendimento de comunistas e socialistas em todos os sectores da vida nacional, incluindo na Assembleia da República, pronto a examinar em comum com o PS todos os problemas relativos ao estabelecimento de relações regulares e a eventuais acções comuns.

Poderão alguns dirigentes do PS não o compreender. Mas a sorte da democracia portuguesa e do próprio PS dependem em larga medida da unidade de socialistas e comunistas.

A segunda solução democrática seria a formação de um governo, presidido de preferência por uma personalidade não partidária (militar ou civil), com participação de militares, de membros de partidos e de independentes, contando com o apoio, pelo menos, do PS e do PCP.

Em qualquer dos casos, conforme aliás com a Constituição, a formação do governo, a sua composição e o seu programa deveriam resultar da negociação e acordo dos partidos interessados e de um exame atento de todos os problemas com o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

Uma outra tentativa de solução constitucionalmente possível — a dissolução da Assembleia da República e novas eleições — não seria aconselhável na situação actual.

A dificuldade não está na composição da Assembleia. Está na recusa do PS em se aliar à esquerda. Além disso, eleições constantes absorvem demasiadas energias e uma nova crise prolongada, com um eventual vazio do poder, seriam factores de desestabilização, de que poderia aproveitar a direita.

É possível a formação de um governo democrático que esteja em condições de dar solução aos actuais problemas. Nas actuais condições portuguesas, um tal governo só é possível com a participação e o apoio do PCP.



## O Partido

Tal como no tempo do fascismo o PCP foi a força principal de resistência, assim também, após o 25 de Abril, foi o Partido que deu a maior contribuição para as transformações revolucionárias da sociedade portuguesa. De nenhuma se poderá falar sem falar no papel que o PCP representa, à frente da classe operária e das massas populares.

Houve deficiências e erros na actividade do Partido. Como referem as Teses, e mais desenvolvidamente no Relatório, não foram consagrados à actividade e à luta das classes médias (pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, intelectuais e quadros) os esforços e os recursos necessários. Registaram-se com frequência manifestações de sectarismo e cedências à pressão esquerdista, sobretudo no que diz respeito à política de alianças. Foi feita por vezes má avaliação da situação existente nas Forças Armadas e no MFA houve demasiado optimismo acerca da solução dos seus problemas internos.

Apesar, porém, destas e de outras deficiências, é uma indiscutível verdade que, na defesa das liberdades contra a reacção, no avanço do processo revolucionário, na luta pela liquidação do capitalismo monopolista e da propriedade latifundiária, nas grandes e históricas transformações das estruturas económicas e sociais, o Partido, ombro com ombro com outros sectores democráticos e revolucionários, civis e militares, representou um papel político sem paralelo na história da Revolução portuguesa.

Actualmente, no regime democrático em que vivemos, nenhuma outra força política está mais profundamente empenhada, sem quaisquer vacilações, na defesa das liberdades e das conquistas da Revolução e na consolidação e estabilidade das instituições democráticas.

O reforço do PCP e a sua ainda mais profunda implantação nas massas não é só do interesse dos comunistas. É do interesse de todos os democratas. É do interesse da Revolução portuguesa.

Sobre as questões relativas ao reforço do Partido, não é de repetir agora o que está contido nas Teses e desenvolvido no Relatório. Mas interessa sublinhar algumas questões.

No que respeita à Direcção, houve camaradas que na discussão das Teses manifestaram apreensões acerca do alargamento do CC.

A preocupação é natural. Mas não invalida a necessidade de um considerável alargamento do Comité Central, como as tarefas actuais exigem.

O nosso Partido não é um partido voltado para o passado, é um partido voltado para o futuro.

Embora vigilante em relação a quaisquer tentativas contra-revolucionárias, o Partido orienta a sua actividade tendo em vista intervir ainda com mais eficiência, com mais energias, com mais força criadora, com mais capacidade

de mobilização, com mais estreita ligação com as massas, na defesa das conquistas da Revolução e no prosseguimento da construção da democracia.

O Comité Central cessante não propõe mudanças bruscas. Estamos certos de que, mantendo o sólido núcleo de quadros provados nas duras condições de clandestinidade e elendo também novos quadros, forjados, uns ainda na clandestinidade, forjados outros na Revolução, o Comité Central ficará em melhores condições para cumprir as suas tarefas actuais.

No que respeita à batalha ideológica, prosseguiremos: a divulgação dos princípios do marxismo-leninismo e o seu desenvolvimento em correspondência com os problemas cruciais da Revolução portuguesa; a luta contra a ideologia fascista, que dispõe ainda em Portugal de poderosos meios de difusão; a luta contra o reformismo social-democrata, defendido por dirigentes do PS e alguns do PPD, que, com fraseologia democrática, tende à reestruturação do poder do grande capital; a luta contra o esquerdismo, designadamente contra as actividades de grupos de tendência maioista, que na Revolução portuguesa têm revelado ser aliados directos da reacção, unindo-se a esta na luta contra as forças progressistas; a luta contra o anticomunismo e o anti-sovietismo, em cujas campanhas convergem fascistas, reaccionários social-democratas, socialistas e esquerdistas; e a luta pela divulgação da linha política do Partido, que nos tempos mais próximos, após a realização do Congresso, tem uma capital importância em toda a batalha ideológica.

No que respeita à organização, o número de 115 000 membros do Partido, 7000 organizações de base, 3000 organismos de empresa, 59% de operários e 20% de empregados, 35% de membros do Partido com menos de 30 anos, são números que indicam uma organização ampla com correcta composição social e etária.

Não devemos, porém, considerarmo-nos satisfeitos: há várias regiões onde as organizações são fracas e mesmo muito fracas. A percentagem de mulheres (17%) é baixa. Temos de vencer estas e outras deficiências.

O recrutamento para o Partido continua na ordem do dia. Há muitos milhares de simpatizantes que apoiam activamente o Partido. Muitos deles têm todas as condições para estar nas nossas fileiras. É também necessário estruturar melhor a organização, apesar dos progressos verificados.

A organização do Partido está concentrada em centros industriais, centros urbanos e certas zonas rurais onde predomina o proletariado rural. Mas há vastas zonas onde a reacção mantém situações antidemocráticas e onde a organização do Partido é muito fraca.

O alargamento da organização a essas zonas depende da modificação das condições políticas. Mas é necessário adoptarmos métodos de trabalho que permitam aí também

o desenvolvimento da actividade.

A todas as organizações e militantes das "zonas ocupadas" pela reacção queremos assegurar, através dos seus delegados ao nosso Congresso, que o Partido, no seu conjunto, não poupará esforços para lhes dar apoio e ajuda, com a certeza de que lá também terminará de uma vez para sempre o domínio da reacção e do fascismo, lá também chegará a liberdade.

No que respeita à informação e propaganda, partindo da extraordinária actividade já desenvolvida, trabalharemos para ligar ainda mais à vida quotidiana do Partido o nosso glorioso órgão central, o "Avante!", cuja magnífica festa foi uma poderosa demonstração da força colectiva de todo o Partido. Trabalharemos para que "O Militante" traduza e divulgue as ricas experiências do trabalho de todas as organizações. Prosseguiremos a intensa actividade editorial, procurando maior variedade de assuntos. Tomaremos novas iniciativas no domínio da informação, da agitação e da propaganda, de forma a levarmos a voz do Partido às mais largas massas da população.

No que respeita a quadros, na selecção, formação e promoção de milhares de quadros de que o Partido necessita, nunca se deve esquecer que o nosso Partido é um velho Partido que tem mais de meio século de existência e de luta, mas é um partido muito jovem pela Revolução em que interveio, pela actual composição dos seus membros.

É justo e necessário ter em conta as provas dadas na clandestinidade. E é igualmente justo e necessário considerar as provas dadas depois do 25 de Abril, mesmo por camaradas com pouco tempo de Partido, provas dadas nestes dois anos e meio que valem muitos anos da história passada, provas dadas na luta pelas grandes transformações democráticas, provas dadas no fogo da Revolução.

Conforme com um ensinamento célebre, a Revolução revela os quadros, forja os quadros, ensina em semanas ou em meses o que em condições de estagnação política levaria anos a aprender.

As provas da clandestinidade, da prisão, da tortura são grandes provas que dão a medida do valor dos quadros. São igualmente grandes provas, que dão a medida do valor dos quadros, a luta contra as tentativas dos golpes contra-revolucionários, a luta pela liquidação dos monopólios e pela instauração do controlo operário, a realização da Reforma Agrária, a luta diária para fazer prosseguir o processo democrático.

Todos os membros do Partido, tenham entrado antes ou depois do 25 de Abril, têm os mesmos deveres e os mesmos direitos no Partido.

Neste exercício político da Revolução que é o PCP a profunda estima e a confiança recíproca de velhos e novos militantes contribui para nos dar esta unidade fraternal, confiante, que nos liga na nossa grande

e maravilhosa família de comunistas, que, com a classe operária e as massas populares, entrega todas as suas energias para construir uma sociedade nova e melhor.

Camaradas:

Todas as nossas organizações e todos os nossos militantes devem ter clara noção da grande responsabilidade do Partido nos destinos do nosso País.

O papel que o PCP representa hoje na vida política nacional não pode ser substituído pelo de nenhum outro partido.

Não há qualquer solução democrática para os problemas existentes sem o PCP e muito menos contra o PCP.

O PCP é um dos esteios fundamentais da democracia portuguesa. A solução dos graves problemas nacionais, incluindo os mais imediatos, exige a intervenção activa dos trabalhadores e do PCP em todos os sectores da actividade, incluindo nos órgãos do poder, incluindo no Governo.

Este nosso Partido, bem organizado, unido e disciplinado, com ideias e propósitos firmes, com uma política que corresponde à nova realidade criada pela Revolução, inteiramente entregue ao bem do Povo, com profundas raízes na classe operária, e nas massas populares, com a sua capacidade de mobilização e realização, é indispensável para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução; para atacar e resolver com a decisão, dinamismo e sentido operativo os graves problemas do momento actual; para galvanizar as energias populares na defesa e na construção da democracia rumo ao socialismo.

Com as novas ofensivas da reacção, o agravamento da situação económica e financeira e o fracasso do governo PS, de novo a democracia portuguesa se aproxima de uma curva difícil e perigosa.

É possível ultrapassá-la com êxito.

Há condições para fazer frente às ofensivas reaccionárias.

Há condições para defender e consolidar as conquistas da Revolução.

Há condições para prosseguir o glorioso caminho da liberdade e das transformações económicas, sociais e políticas, que conduzirão o nosso Povo a uma sociedade sem exploração do homem pelo homem.

É com plena noção das responsabilidades que o PCP afirma neste momento difícil, confirmando o justo título do Partido da verdade, da esperança e do futuro.

Viva a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores!

Viva a unidade de todos os democratas e patriotas!

Viva a aliança do Povo com as Forças Armadas!

Viva Portugal democrático, a caminho do socialismo!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o Partido Comunista Português!

# COM GRANDE ENTUSIASMO E CONFIANÇA INICIARAM-SE OS TRABALHOS DO VIII CONGRESSO

O importante discurso do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, ocupou a maior parte da sessão de abertura do VIII Congresso do PCP. Na sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos dos delegados e convidados presentes, o secretário-geral do nosso Partido analisou os dois anos e meio de Revolução, debruçando-se sobre as tarefas políticas, as novas estruturas, a política económica necessária e a vida do Partido, em discurso que publicamos na íntegra noutra local.

Revelando-se pequena para os milhares de comunistas e progressistas presentes, a sala da FIL encontrava-se cheia muito antes da hora prevista para a abertura dos trabalhos, que começaram cerca das 9 e 30 da manhã de ontem quando o camarada José Vitoriano — após os membros da Comissão Política do Comité Central juntamente com os membros das delegações estrangeiras terem ocupado os seus lugares na tribuna — declarou aberto o Congresso, depois de toda a assistência ter cantado, de pé, a «Internacional».

Ainda ecoavam na sala os gritos de «PCP-PCP» revelando o entusiasmo incontido com que os delegados eleitos saudavam a realização do VIII Congresso, quando o camarada José Vitoriano passou a submeter à aprovação do Congresso a constituição da mesa da Presidência e as propostas para a realização dos trabalhos, que se prolongam até domingo.

Erguendo o seu cartão vermelho de delegado, os representantes das diversas organizações do Partido aprovaram por unanimidade as propostas que lhes iam sendo apresentadas, nomeadamente a ordem de trabalhos, o Regulamento do Congresso,

a nomeação das Comissões Eleitoral, de Redacção, de Verificação de Mandatos e o Secretariado do Congresso, depois de terem acordado na constituição da Mesa da Presidência, que para além de contar com os membros efectivos do Comité Central integrava camaradas dos mais diferentes sectores socioprofissionais de todas as regiões do continente e ilhas.

Longos aplausos saudaram a presença na Mesa da Presidência da camarada Silvarina Barbosa, retornada de Angola e membro da Comissão Concelhia de Lagos do PCP.

Igual carinho iria ser manifestado pela assistência relativamente à presença das delegações nacionais de outros partidos, quando o camarada António Gervásio anunciou a sua nomeação na sua saudação.

A delegação do Conselho da Revolução e os representantes das Casas Militar e Civil da Presidência da República foram as primeiras a receber com maior calor os aplausos quando o camarada António Gervásio saudou a sua presença no Congresso. Não deixando de salientar o seu agrado pela presença de todos os partidos e organizações políticas que aceitaram o convite para assistirem ao VIII Congresso do PCP, os congressistas e os convidados que assistiram à sessão de abertura manifestaram o seu especial carinho pela delegação do Partido Comunista da União Soviética, chefiada pelo camarada Boris Ponomarev, levantando-se para aplaudir e gritando em uníssono «URSS-URSS».

O mesmo se passou com a delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, saudada com o grito «RDA-RDA».

Mas não ficaram por aqui as manifestações de apreço, por parte dos congressistas e convidados relativamente

à presença de delegações que estão no coração dos comunistas portugueses. Assim sucedeu com o Partido Comunista de Cuba, com o Partido dos Trabalhadores do Vietnã, com o Partido Comunista Brasileiro, com o Partido Comunista do Chile, com o Movimento Popular de Libertação de Angola, que na mesma data comemorava o primeiro ano de independência, com o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, com a Frente de Libertação de Moçambique e ainda com a Organização de Libertação da Palestina.

Foram momentos marcantes do Congresso em que os comunistas portugueses manifestaram com vivacidade e determinação a sua fidelidade ao internacionalismo proletário e a solidariedade com a luta dos povos — que mais não é do que um complemento da luta que se trava em Portugal, contra a exploração do homem pelo homem.

O camarada Álvaro Cunhal, o primeiro orador do Congresso, iria ocupar toda a sessão da manhã. Num extenso discurso que se prolongou desde as 10 e 20 até cerca das 13 horas, os dois anos e meio da Revolução Portuguesa foram analisados. Grande parte da sua intervenção — que a imprensa nacional e estrangeira seguiu atentamente, bem como os congressistas e os convidados presentes — analisaria a Reforma Agrária, em relação à qual recordou as profundas transformações alteradas nas regiões onde se realiza bem como um aumento de produção. Os aspectos mais importantes da Revolução portuguesa e das conquistas dos trabalhadores seriam igualmente abordados. A terminar a sua intervenção falou da vida do Partido.

Escutado atentamente pelos congressistas, o camarada Álvaro Cunhal foi depois acompanhado pela assistência na saudação que fez aos representantes do Conselho da Revolução, e das Casas Militar e Civil da Presidência da República, que novamente foram aplaudidos de pé por todos os presentes, bem como nas saudações endereçadas às delegações dos partidos e organizações políticas portuguesas presentes e ainda às diversas personalidades independentes que se encontravam na FIL.

Ao nomear a delegação do Partido Socialista toda a sala acompanhou os aplausos gritando bem forte «unidade-unidade». Num aparte, o camarada Álvaro Cunhal recordou «que apesar das críticas, todos aqueles que vêm à nossa casa como amigos, como amigos são recebidos».

Findo o discurso do secretário-geral do Partido os trabalhos foram suspensos, para continuarem ao princípio da tarde.

## REFORMA AGRÁRIA E INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

A segunda sessão do primeiro dia de trabalhos do VIII Congresso do nosso Partido teve início com a intervenção do camarada José Casanova, da Direcção da Organização Regional de Lisboa, que apresentou um balanço sumário do que se tem feito no campo da organização partidária.

Seguido com grande atenção pelos delegados e convidados, o orador falou dos êxitos e também dos erros cometidos, do muito que foi alcançado e do muito que é necessário levar a cabo.

Orientação semelhante foi aliás seguida pelos oradores

que se sucederam durante toda a tarde, falando dos problemas específicos dos respectivos sectores, apresentando dados e exemplos do trabalho realizado, apontando as fraquezas, rasgando perspectivas que apontam decididamente o caminho a seguir para que seja possível a consolidação da democracia rumo ao socialismo.

Pontos altos da sessão da tarde foram sem dúvida aqueles em que se falou de Reforma Agrária, de solidariedade e de internacionalismo proletário.

Com efeito, as intervenções dos camaradas Manuel Carrasco Pica, operário agrícola membro da Comissão Directiva da Unidade Colectiva de Produção «Margem Esquerda»; de José Inácio Carvalho da UCP de Faias (Couço); de Dinis Miranda, do CC do PCP e do camarada economista Abílio Fernandes, não só apresentaram aos congressistas um completo quadro do êxito inegável da Reforma Agrária como testemunharam a importância fundamental que para tal tem tido a activa solidariedade da classe operária e dos trabalhadores portugueses e também de outros países, em especial os dos países socialistas.

O constante apoio que tem sido prestado pela União Soviética às forças que em Portugal lutam pela defesa e reforço da democracia não pôde deixar de ser muito justamente realçado. Apoio esse uma vez mais reafirmado pelo camarada Ponomarev, membro suplente do Bureau Político do CC do PCUS, durante a sua intervenção. Os laços de amizade e confiança que de longa data ligam os comunistas portugueses e soviéticos foram claramente confirmados pelo entusiasmo com que os participantes saudaram o representante da URSS, sublinhado com longos aplausos ritmados enquanto se gritava incansavelmente URSS, URSS.

A oferta da bandeira vermelha com efígie de Lenine com que o CC do PCUS brindou o CC do nosso Partido e a expressa solidariedade inquebrantável do PCUS com o PCP comoveram sem dúvida os participantes que vibraram de entusiasmo por mais esta inequívoca manifestação de amizade.

Foi com alegria e emoção, também, que o Congresso ouviu as intervenções de outros dois convidados estrangeiros — Herman Axen, membro do Bureau Político e Secretário do CC do Partido Socialista Unificado da Alemanha, e Armando Panguene, membro do CC e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Frente de

Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Companheiros da mesma luta guiados pelo mesmo ideal, os comunistas portugueses e os homens que nas mais diversas partes do mundo lutam pela paz e pelo socialismo cumpraram em conjunto, nesta segunda

## HOMENAGEM AOS QUE FICARAM PELO CAMINHO

Um dos mais emocionantes momentos vividos na última sessão de ontem, registou-se quando o camarada Dias Lourenço, em nome da Mesa do Congresso, propôs que se guardasse um minuto de silêncio em memória de todos aqueles que cairam na dura luta que o Povo Português travou contra o regime fascista.

Os comunistas portugueses — vanguarda revolucionária que conduziu a luta contra o fascismo — prestam desta forma homenagem aos mais dedicados filhos do nosso povo.

Durante um minuto, o VIII Congresso do PCP recordou a memória dos que cairam em combate, guardando silêncio.

A mensagem enviada pelo CC da Frelimo ao VIII Congresso do PCP, lida da Tribuna pelo camarada Panguene, foi entusiasticamente saudada pelo Congresso. Entusiásticos foram também os aplausos que sublinharam a oferta feita pelo camarada Axen ao camarada Álvaro Cunhal de um estandarte com a efígie de Thaelmann, grande herói dos comunistas e da classe operária da RDA.

## ASSINALADO O DIA 11 DE NOVEMBRO

A última sessão do primeiro dia de trabalhos do VIII Congresso foi assinalado por outros dois emocionantes momentos de solidariedade internacionalista, dentro dos princípios do internacionalismo

proletário. A primeira registou-se pouco depois de se terem reiniciado os trabalhos, quando o camarada Dias Lourenço referiu que o dia da abertura do VIII Congresso do PCP coincidia com uma data memorável: a passagem do primeiro aniversário da independência da República Popular de Angola.

Imediatamente, o pavilhão se moveu como uma mola, saudando o MPLA, vanguarda revolucionária do povo angolano. Após esta primeira manifestação de solidariedade militante dos comunistas portugueses para com o povo angolano, o camarada Dias Lourenço anunciou a leitura de uma saudação da Mesa do Congresso ao camarada presidente Agostinho Neto e ao Comité Central do MPLA.

A leitura da mensagem de saudação, que esteve a cargo da camarada Maria Rosa Labiais, da Mesa do Congresso, foi frequentemente interrompida por quentes aplausos e palavras de ordem que bem exprimiram toda a solidariedade militante dos comunistas portugueses para com os gloriosos membros do MPLA e todo o povo da República Popular de Angola. Palavras de ordem como «Um só povo, uma só Nação, sob a Bandeira do MPLA», «A luta continua, a vitória é certa» encheram por vários minutos o vasto recinto da FIL, entoadas por milhares de vozes ardentes.

A saudação da Mesa do Congresso depressa se transformou numa saudação de todos os participantes no Congresso, quando o camarada Dias Lourenço, procurando indagar se os delegados estariam de acordo com a saudação, recebeu como resposta um coro de «Aprovado!», gritado de todo o lado do recinto.

## SOLIDARIEDADE DO PARTIDO DE GEORGUI DIMITROV

Outro momento de internacionalismo proletário ocorreu nesta última sessão de trabalho do primeiro dia de Congresso registou-se precisamente a encerrar a sessão. Quando o camarada Dias Lourenço anunciou a intervenção do camarada Gricher Filipov, chefe da delegação do Partido Comunista Búlgaro, membro do «Bureau Político» e secretário do CC do PCB, os milhares de pessoas presentes irromperam, como uma só voz, num grito evocativo da pátria de Georgui Dimitrov: «Bulgária!».

A intervenção do camarada Filipov seria, aliás, constantemente interrompida

pelos aplausos militantes de todos os presentes e constituiu uma prova do carácter bipartido do internacionalismo proletário. Os delegados e convidados ao nosso Congresso tanto aplaudiram com o mesmo entusiasmo os momentos em que o camarada Gricher Filipov se referia à solidariedade dos comunistas búlgaros para com os comunistas e todo o Povo português, como os excertos em que aquele destacado comunista dirigente do Partido Comunista Búlgaro deu conta dos êxitos do Povo búlgaro desde que, em 9 de Setembro de 1944, derrotou o nazi-fascismo e começou a construção da sociedade socialista desenvolvida rumo ao comunismo.

## ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Estes dois momentos demonstrativos do carácter internacionalista do VIII Congresso do Partido Comunista Português foram antecidos de intervenções de delegados.

A camarada Maria Antónia José, operária e membro do secretariado da célula da Standard Eléctrica, descreveu a luta dos trabalhadores daquela empresa multinacional e, muito particularmente, o trabalho desenvolvido desde o 25 de Abril de 1974 pelos trabalhadores comunistas.

O camarada Pedro António Martins, membro do Comité Têxtil do Porto e activista do movimento popular, referiu precisamente os importantes passos dados pelo movimento popular na região do Porto.

Finalmente, e antes da intervenção do camarada Gricher Filipov, com que finalizaram os trabalhos de ontem do VIII Congresso, interveio a camarada Maria Alda Nogueira, membro suplente do Comité Central. A intervenção da camarada Alda Nogueira centrou-se especialmente sobre as mulheres e a sua importância no processo revolucionário e na consolidação da democracia rumo ao socialismo.

Como atrás dissemos, esta sessão finalizou com a intervenção do representante do Partido Comunista Búlgaro. Por isso, não podemos deixar de referir o entusiasmo que transbordou do recinto quando o camarada Gricher Filipov, em nome do Comité Central do PCB, ofereceu ao CC do nosso Partido, na pessoa do camarada secretário-geral, um quadro em que figura o grande dirigente comunista búlgaro e destacado militante do movimento comunista internacional Georgui Dimitrov.

# O VIII CONGRESSO DO PCP SAUDOU A REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

No primeiro dia do VIII Congresso do PCP, 11 de Novembro, comemora-se um ano sobre a proclamação da independência da República Popular de Angola.

Os delegados presentes no Congresso aprovaram entusiasticamente uma saudação dirigida ao camarada Agostinho Neto, ao heróico povo angolano e ao seu partido de vanguarda — o MPLA — que foi apresentada pela mesa e lida pela camarada Maria Rosa Labiais, onde se afirma nomeadamente:

O VIII Congresso do PCP, reunido em sessão inaugural a 11 de Novembro de 1976, data do primeiro aniversário da proclamação da independência da República Popular de Angola, envia ao MPLA e ao Povo Irmão de Angola as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

O PCP sempre considerou o Povo angolano aliado directo do Povo português na luta contra o fascismo e os monopólios. Os comunistas portugueses estiveram sempre, mesmo nas mais difíceis condições, ao lado do MPLA e do Povo de Angola na sua heróica luta contra o colonialismo e pela independência da sua Pátria.

Faz um ano nesta data era o PCP o único partido português com responsabilidades governamentais a lutar, juntamente com responsáveis militares, pelo reconhecimento e apoio imediatos à RPA, e a estar representado nos festejos da independência em Luanda, irmanado com os combatentes angolanos. Esta posição de princípio internacionalista do PCP apontava e abriu o único caminho justo e patriótico que o Estado democrático português tinha de vir, e veio, a tomar — o estabelecimento de relações com Angola independente na base da igualdade, não ingerência e reciprocidade de interesses.

Depois de saudar a gloriosa luta das FAPLA contra os inimigos internos e externos do povo angolano, a Mensagem salienta:

Os desígnios neocolonialistas, o racismo, o regionalismo, o tribalismo foram combatidos com êxito. A unidade nacional e a integridade territorial de Angola, o poder político e o Estado democráticos revolucionários foram defendidos e consolidados.

Destacando, mais adiante, os grandes êxitos já obtidos pelo povo angolano nas tarefas de reconstrução nacional, a Saudação acrescenta:

No plano externo a RPA prestigia-se e será admitida na ONU, queira ou não o imperialismo americano. A RPA enfrenta com determinação as provocações fronteiriças do imperialismo e dos seus agentes e afirma o seu internacionalismo. A vitória do Povo angolano é hoje uma luz de esperança para os povos da África Austral e torna a correlação de forças favorável à sua luta contra o racismo e o colonialismo.

A recente reunião do Comité Central reforça a unidade do MPLA e o seu papel de vanguarda revolucionária do Povo angolano, orientando-se já na perspectiva do futuro socialista.

O VIII Congresso do PCP saúda com alegria e emoção os grandes passos dados pelo Povo angolano, sob a direcção do camarada Presidente Agostinho Neto e do MPLA, na sua Revolução de Libertação Nacional e Social.

E a finalizar, a Saudação acentua:

Também o povo trabalhador português alcançou, desde o 25 de Abril de 1974, históricas vitórias — o derrubamento do fascismo, a liquidação do colonialismo e do capitalismo monopolista de Estado, a construção de um regime democrático aliando as mais amplas liberdades e transformações revolucionárias, nomeadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o «controle» operário, que abrem caminho ao socialismo. Hoje o movimento operário e popular do qual o PCP é parte integrante e decisiva, empenha-se tenazmente na defesa e consolidação das conquistas revolucionárias, contra a ofensiva da reacção associada ao imperialismo.

Nas condições do novo Portugal democrático, tal como no passado, os comunistas portugueses não pouparão esforços para que se estreitem a amizade e a cooperação entre o Povo português e o Povo Irmão de Angola e se reforcem na base do internacionalismo proletário, os laços que sempre uniram o PCP e o MPLA.

Viva o 1.º aniversário da independência da RPA!

Viva o MPLA!

Viva a amizade entre o povo português e o povo angolano!

# MANIFESTAÇÃO DE INTERNACIONALISMO NO COMÍCIO DO BARREIRO

«Em nome dos trabalhadores do Barreiro, saúdo calorosamente as delegações que se deslocaram ao nosso País, a fim de assistirem ao VIII Congresso do PCP e que entretanto nos quiseram honrar com a sua visita, para assim poderem contactar com os trabalhadores e todos os progressistas desta terra de trabalho que é o Barreiro.» — começou por afirmar o camarada Guerreirinho, membro da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP ao iniciar o comício que ontem à noite se realizou naquela vila da margem sul do Tejo, nas instalações do Pavilhão da CUF, contando com a presença dos representantes das delegações dos partidos irmãos da Bélgica, Jugoslávia, Chile, Grã-Bretanha, Costa Rica, Síria, Luxemburgo e República Democrática Alemã.

Recebidos calorosamente pela classe operária e elementos progressistas do Barreiro, os representantes das delegações dos partidos irmãos não deixaram de transmitir a sua mensagem de solidariedade para com a classe operária e o povo português.

Falando em primeiro lugar, o camarada do Partido Comunista da Bélgica renovou a sua mensagem de saudações ao VIII Congresso referindo que os comunistas e progressistas belgas acompanham os trabalhos do Congresso:

«A vossa reflexão e a vossa inserem-se assim na mesma linha das nossas, se bem que as condições de elaboração difiram sensivelmente ao nível das realidades nacionais, como ao da correlação de forças políticas.»

Usou a seguir da palavra o camarada do Partido Comunista de Israel. A situação presente no Médio Oriente e a sua origem foi analisada por este camarada que a determinada altura recordou a posição de sempre do seu partido:

«O nosso Partido apoia a política de princípios da União Soviética para com o Médio Oriente e pela resolução da sua crise e vê que a Conferência de Genebra é o local mais apropriado para as conversações de paz.»

«Viva a cooperação, a amizade e a solidariedade dos comunistas de Portugal e da Jugoslávia.» — assim terminou a sua intervenção o camarada da Liga dos Comunistas da Jugoslávia.

Anteriormente e reforçando esta afirmação declarou: «Os laços de cooperação entre os nossos Partidos estão fortalecidos pela vitoriosa luta de ambos os partidos, da classe operária e dos povos dos nossos países na derrota do fascismo na Europa.»

Saudando com a palavra de ordem «o Chile vencerá» — palavra de ordem que o povo português (como aliás todos os povos) sente profundamente — falou seguidamente o camarada do

Partido Comunista do Chile

que a dada altura declarou: «Parece-nos que há fortes razões para o prestígio do PCP. A primeira delas é a sua linha de princípios, a sua posição marxista-leninista consequente. Em tempos como os actuais, quando a propaganda imperialista vomita calúnias contra o marxismo-leninismo e quando essa propaganda é auxiliada por muitos irresponsáveis e alguns provocadores que se autoproclamam de marxistas-leninistas, é uma grande lição a posição de princípios, autenticamente marxista-leninista, da vanguarda comunista da classe operária portuguesa.»

E a terminar o seu discurso, várias vezes interrompido pelos aplausos: «Podemos dizer-lhes, companheiros portugueses, que o povo do Chile não os enganará, pois está lutando e derrotará o fascismo.»

Depois de afirmar que «o VIII Congresso do PCP será um novo e grandioso contributo dos comunistas portugueses para o aprofundamento da revolução e para a luta contra a reacção», o camarada do Partido da Vanguarda Popular da Costa Rica, que falou a seguir, salientou que «a reacção mundial, dirigida pelo imperialismo norte-americano, aliou-se contra o processo português posterior ao 25 de Abril e traçou um plano que visava travar a revolução.»

O camarada do Partido Comunista da Grã-Bretanha começou por referir o grande prazer com que transmitiu ao Congresso do nosso Partido as saudações fraternas que trazia em nome do Comité Executivo e de todos os membros do seu partido.

«Com a vossa presença aqui, nesta grande região industrial, podemos sentir o bater do coração da classe operária portuguesa.» Foram estas algumas das vibrantes palavras com que o camarada do Partido Comunista Sírio iniciou o seu discurso.

Seguiu-se na tribuna a representante do Partido Comunista Luxemburguês que transmitiu as saudações do Comité Central, afirmando a dado passo:

«Somos um pequeno país que apenas conta 350 000 habitantes. Apesar disso sucede que no nosso país se conseguiram reunir todas as forças dos monopólios capitalistas nacionais e internacionais.»

O camarada do Partido Socialista Unificado da Alemanha encerraria os discursos das delegações dos países irmãos presentes no Barreiro.

Encerrando o comício o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central salientou o significado profundo do internacionalismo proletário e a importância da presença de tantos camaradas de partidos irmãos no VIII Congresso.



## MAIS DE UMA VINTENA DE INTERVENÇÕES

Mais de uma vintena de intervenções de membros do nosso Partido assinalaram de forma marcante o primeiro dia de trabalhos do VIII Congresso. Desde análise global do passado, do presente e do futuro da Revolução Portuguesa, de que se encarregou o camarada Álvaro Cunhal, até ao relato de experiências vividas por homens e mulheres quotidianamente empenhados na defesa dos interesses dos trabalhadores, passando pela análise de temas específicos, como o da participação das mulheres na revolução (discurso de Alda Nogueira) — todas essas intervenções, que, infelizmente, por falta de espaço, não podemos publicar na íntegra, sublinharam a profunda ligação dos comunistas portugueses às massas, a sua identificação com as grandes e pequenas lutas do nosso povo.

## Discurso de Dinis Miranda

Camaradas e Amigos:

Quem há pouco mais de dois anos viu os campos do Alentejo e Ribatejo, onde havia milhares e milhares de desempregados, quem viu os 700 000 hectares de terra armada, onde apenas se cultivavam uns tantos hectares para as perdas e colheitas, e quem viu os milhares de hectares de terra inculta onde o mato crescia até à copa das árvores, e os vês agora onde a Reforma Agrária avançou e floresce uma nova agricultura só por ódio à democracia e ao progresso social não conhece as grandes transformações existentes.

No milhão e 140 mil hectares de terra ocupada pelos trabalhadores, onde se desenvolvem 450 cooperativas e unidades colectivas de produção, e onde trabalham cerca de 100 mil trabalhadores, foram criados 50 mil novos postos de trabalho, permanentes e eventuais, que correspondem a um aumento de 229% do que havia antes dessas terras serem ocupadas. Para os milhares de trabalhadores destas unidades acabou a exploração do homem pelo homem. O objectivo da produção não é o lucro capitalista. É o aumento da produção para satisfazer as necessidades do povo e da economia nacional. Não há greves. Os trabalhadores não fazem greves contra si próprios. As questões contenciosas são resolvidas pela via da discussão colectiva e democrática.

Um dos grandes méritos da Reforma Agrária foi o de se ter avançado para as ocupações sem tocar nas propriedades dos pequenos e médios agricultores. Não havia então qualquer lei que se referisse aos 50 mil pontos. Os trabalhadores apenas sabiam onde estavam os latifúndios incultos e abandonados que era preciso ocupar e quais eram as pequenas e médias propriedades em que se não devia tocar. Este facto pesou muito para atrair milhares de pequenos e médios agricultores para o lado da Reforma Agrária. Nalguns casos a iniciativa de ocupar e fabricar as terras há anos e anos improdutivas pertenceu mesmo aos pequenos agricultores. Não é por acaso que a CAP tem visto frustradas as tentativas de repetir no Alentejo as manobras de Rio Maior. Falta-lhe a base de apoio dos pequenos e médios agricultores. A aliança e a cooperação entre trabalhadores das unidades colectivas de produção e os pequenos e médios agricultores alarga-se e reforça-se na zona da Reforma Agrária.

Falar em «roubo de terras», em «ocupações selvagens» é não só uma calúnia como uma atitude contra-revolucionária. Se se considerar o alarido feito à volta do cumprimento da lei sobre a desocupação das terras que não têm 50 mil pontos e que, segundo diziam, seriam da ordem dos 19 180 hectares (1,6% do milhão e quatrocentos mil ocupados) se se considerar que dos 63 casos, 30 — com a área de 8780 hectares — foram resolvidos a favor dos trabalhadores, vê-se logo quais os objectivos desse alarido. Pretendia-se, na verdade, criar um grave conflito entre trabalhadores e Forças Armadas, que, certamente, seria aproveitado pelas forças contra-revolucionárias. A ofensiva da reacção foi facilitada pelos grupelhos esquerdistas que tentaram arrastar os trabalhadores para confrontações aventureiristas e liquidar as Cooperativas e Unidades Colectivas. Alguns agrários logo que se aperceberam que as desocupações não davam tiros nem sangue correram aos Centros da Reforma Agrária a pedir para não mexerem nos seus casos. E os partidos da direita, com assento na Assembleia da República, apresentaram, depois de derrotada a manobra das desocupações, uma proposta que visa a suspensão das expropriações e a revisão da lei da Reforma Agrária. Mas foram derrotados pela maioria de esquerda.

Os elementos do Governo que caluniam a Reforma Agrária, prestariam um grande serviço ao nosso Povo se falassem a verdade.

E a verdade é esta:

- Aumento das áreas semeadas nas terras sob controlo dos trabalhadores	154 811 ha
- Aumento da área de regadio	3200 ha (+30%)
- Aumento da produção de cereais (trigo, aveia e cevada) segundo estimativa do INE, sobre a qual há reservas	248 800 (+46%)
- Aumento dos efectivos pecuários	123 839 cab. (+49%)
- Aumento de maquinaria e alfaias:	
- tractores	+ 1463 (+55%)
- máquinas de colheita	+ 758 (+78%)
- alfaias	+ 3448 (+71%)
- camiões	+ 72 (+109%)
- motores	+ 572 (+99%)
- barragens e albufeiras	+ 60
- pequenas obras de regadio	+ 150
- instalações pecuárias	+ 60

Há ainda a acrescentar a estes factos as dezenas de creches, oficinas mecânicas, cantinas, cooperativas de consumo, etc., criadas pelas unidades colectivas de produção.

A Reforma Agrária despertou um amplo movimento de simpatia, de entusiasmo e de solidariedade activa no nosso Povo, expresso em ofertas de máquinas, adubos, milhares de contos, em cerca de 10 000 dias de trabalho, em apoio técnico, campanhas de alfabetização, assim como outras manifestações de apoio, em visitas e excursões de dezenas de milhares de pessoas às Unidades Colectivas e Cooperativas.

A solidariedade à Reforma Agrária portuguesa passou para além fronteiras. Os trabalhadores dos países socialistas, sobretudo da União Soviética, da RDA e Bulgária, ofereceram, já, às Cooperativas e Unidades Colectivas, máquinas no valor de milhares de contos. Os trabalhadores dos países capitalistas, também, já expressaram a sua solidariedade em ofertas de centenas de contos.

Estas ofertas têm constituído uma importante ajuda material e moral à Reforma Agrária.

Se a Reforma Agrária não está mais avançada isso deve-se, particularmente, à falta de apoio técnico e financeiro do Governo.

Os 6,5% de juro do Crédito Agrícola de Emergência que os trabalhadores conseguiram arrancar com a sua luta e o pagamento dos 17% à Previdência, que as unidades colectivas e as cooperativas têm de pagar, tal como se se tratasse de uma entidade patronal, e os prémios de seguros, são um verdadeiro atentado ao seu desenvolvimento.

O conjunto das 450 Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção têm encargos para cima de 100 mil contos mensais.

Só para exemplo de comparação, no que diz respeito à falta de apoio financeiro do Governo às Unidades Colectivas da Reforma Agrária e aos créditos que foram concedidos aos agrários, bastam estes números.

- Crédito Agrícola concedido aos agrários, em 1974, pelos Bancos Comerciais e outras instituições financeiras: 7 milhões e 52 mil contos; em 1975: 6 967 000 contos. Isto significa que, durante 1974, 7 milhões de contos giravam por fora da banca ao serviço dos agrários. Por outro lado, o volume médio anual dos créditos agrícolas, subsídios, avales, etc., concedidos aos agrários no triénio de 1972 a 1974, sem incluir os empréstimos da banca, foi de 18 980 000 contos. Vejamos agora que o Crédito Agrícola de Emergência concedido às Unidades Colectivas e Cooperativas da Reforma Agrária foi de 2 454 722 contos, isto é, 30% aproximadamente das verbas concedidas aos agrários. Já depois de salda a Lei da Reforma Agrária, no 4.º trimestre de 1975, os empréstimos da banca aos agrários atingiram 6 milhões 772 mil contos.

Alguns elementos do Governo parecem não gostar da organização dos trabalhadores rurais. Injuriam os dirigentes dos sindicatos e das Unidades Colectivas de Produção, eleitos pelos trabalhadores, dizem que no Alentejo não há liberdade, que há uma perversão totalitária, tomando uma posição que em nada se distingue da dos agrários expropriados e da dos patrões exploradores. Com efeito, os parasitas e exploradores já não têm no Alentejo a mesma liberdade que tinham antes da revolução. Os trabalhadores, o povo alentejano, esses têm a liberdade que as grandes conquistas do 25 de Abril lhes trouxeram.

Consolidar e defender a Reforma Agrária e fazê-la avançar na perspectiva do Socialismo é tarefa primordial dos Comunistas, dos Socialistas sinceros, dos militares do 25 de Abril, de todos os trabalhadores, de todo o Povo Português.

A consolidação da Reforma Agrária e sua defesa passa pelas seguintes exigências:

- Pelo estabelecimento duma política de créditos e apoio técnico em condições vantajosas, às Unidades Colectivas e Cooperativas, construção de barragens, fornecimento de sementes seleccionadas, adubos, pesticidas, forragens, maquinaria.

- Pelo aumento da produção e da produtividade do trabalho, mecanização, fomento pecuário, diversificação das culturas, criação de empresas agro-industriais, planificação, formação de técnicos e especialistas agrícolas.

- Pelo reforço da democracia interna, reforço da organização das Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas, tanto a nível interno como a nível concelhio e distrital; formação de Uniãoes Concelhias e Distritais; combate ao isolamento; boa direcção, uma boa contabilidade e gestão e defesa da autonomia das Unidades Colectivas de Produção.

- Pela organização do circuito comercial; garantia do escoamento na devida altura da produção agropecuária e de preços compensadores; combate aos grandes intermediários e fim da política de sabotagem à produção das Unidades Colectivas de Produção.

- Pela redução das despesas improdutivas, aumento dos fundos para investimentos na produção; criação de um fundo de reserva.

- Por uma melhor organização da solidariedade à Reforma Agrária nas fábricas, nos escritórios, nas escolas e entre a classe operária dos países capitalistas e dos países socialistas.

- Pelo cumprimento integral da Lei da Reforma Agrária, expropriação dos 500 000 hectares ainda na posse dos agrários e sua entrega aos assalariados agrícolas, aos seareiros, rendeiros e pequenos proprietários. Obrigatoriedade de cultivo das terras e no caso de recusa o seu arrendamento compulsivo às Unidades Colectivas de Produção e aos pequenos agricultores.

- Pelo apoio do Estado aos pequenos e médios agricultores, aplicação das leis do arrendamento rural; extinção dos foros e do regime de colónia na Madeira; restituição dos baldios às populações; apoio à formação de cooperativas de pequenos e médios agricultores para a compra colectiva de máquinas, para a comercialização, para a exploração de terras e florestas sem prejuízo da sua exploração individual; absoluto respeito pela propriedade dos pequenos e médios agricultores, isenção da contribuição predial aos pequenos agricultores; imposto fortemente progressivo; fixação de preços antes das sementeiras e culturas, preços diferenciais de exportação para o vinho. Subsídios ou prémios de exportação.

- Pela liquidação completa dos ex-Grémios da Lavoura e suas Federações e transferência do património para as Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas.

- Pelo reforço da aliança dos trabalhadores agrícolas com os pequenos e médios agricultores.

A Reforma Agrária é uma realização histórica dos trabalhadores rurais e dos pequenos agricultores. Esta conquista da Revolução foi realizada com o PCP e defendida e consolidada com o PCP e só avançará na perspectiva do Socialismo com o PCP.

VIVA A REFORMA AGRÁRIA! CONQUISTA AVANÇADA DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA!

## Discurso de Octávio Pato

Camaradas,  
Não são poucas as forças políticas que tentam minimizar o papel representado pelo nosso Partido na vida do País.

Mas a enorme expectativa criada em torno do VIII Congresso — expectativa que a reacção foi incapaz de silenciar — é a comprovação do papel de vanguarda que o PC desempenha em todos os aspectos da vida nacional. Isso ficou bem evidenciado com a discussão das teses. Discutir as teses para o VIII Congresso significava discutir a história do derrubamento do fascismo, discutir a história do nosso processo revolucionário (as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário), discutir a realidade actual do País e as tarefas e perspectivas que se apresentam à classe operária, aos trabalhadores, a todo o povo laborioso.

Para alguns, a grande expectativa à volta do nosso Congresso residia na esperança que ele viesse a revelar tensões ou divisões.

Os inimigos do socialismo bem se fartaram de fazer incitamentos e conselhos. Diziam uns que o PC tinha falhado em toda a sua estratégia; afirmavam outros ser preciso "europeizar" o PC; alguns iam mesmo ao ponto de propor a substituição do camarada Álvaro Cunhal de Secretário-Geral.

Os comunistas portugueses podem afirmar aqui com o maior orgulho e de forma irrefutável que o PC está a realizar um Congresso como jamais se realizou qualquer outro no nosso país; podem afirmar que o PC é a força política mais coesa e mais unida, tanto nos objectivos como na actividade prática; podem afirmar que somos o único Partido político que no processo da Revolução não conheceu cisões ou convulsões internas; todos nós podemos afirmar, como bem o demonstrou a discussão das teses, que o PC, não só mantém como reforça mais e mais a sua unidade e coesão, e que todo o Partido está coeso em torno do seu Comité Central assim como o Comité Central está coeso em torno do seu Secretário-Geral, o camarada Álvaro Cunhal.

Camaradas:

É já vulgar ler-se em certa imprensa que o PC é uma máquina como não há outra no País. Efectivamente, essa máquina existe, está em constante laboração e possui 115 mil membros, o que significa, no respeitante a efectivos que é de longe o maior partido político do País, mesmo sem necessitar de adicionar cerca de 25 mil membros da UJC e da UEC.

Quando à reacção fala nessa "máquina", há nisso um misto de reconhecimento e de amargura, por verificar que a "máquina" que se chama PC é a vanguarda esclarecida da classe operária, é uma força que não pactua com os inimigos da nossa jovem democracia, é uma força que está ao serviço dos interesses de todos os trabalhadores e é ainda, e cada vez mais, o grande partido da esquerda.

O orgulho que todos temos na grandeza crescente do nosso Partido não nos deve levar, porém, a ignorar as nossas debilidades, não devem fechar-nos os olhos para aquilo que não se faz e é possível fazer-se, ou para aquilo que se faz mas de forma insuficiente ou defeituosa.

Temos de trabalhar para que o CC, os organismos de direcção e todas as suas estruturas orgânicas estejam em condições de corresponder às exigências políticas. Não basta acompanharmos os acontecimentos, é indispensável prevê-los pela análise científica e pelo estudo da realidade nacional, pois só assim estaremos em condições de influir neles de forma activa e dirigente. Mas isso só será possível na medida em que a Direcção do Partido esteja em condições de acompanhar o grande aumento e diversificação das suas tarefas e responsabilidades.

Pensamos ser justo dizer que, no essencial, o CC e os organismos de direcção das grandes regiões têm sabido corresponder às exigências da situação e evolução do nosso processo revolucionário. Mas pode igualmente dizer-se que isso só tem sido possível à custa de uma abnegação e ritmo de trabalho que não são fáceis de manter e que não devem manter-se.

Não são poucos os casos, sectores ou frentes de trabalho em que estamos manifestamente atrasados, por não termos criado as estruturas de direcção apropriadas às exigências, ou por não termos adaptado as antigas estruturas ou métodos de trabalho às exigências do presente.

Colocar todo o trabalho do CC e dos seus organismos executivos ou intermediários à altura das exigências políticas é, pois, uma urgente e inadiável tarefa.

Como é sabido, além do CC e dos seus dois principais organismos executivos (a Comissão Política e o Secretariado do CC), existem ainda, e com funções de âmbito nacional, a Comissão Central de Organização, a Comissão Sindical, a Secção de Informação e Propaganda (SIP) e a Secção Internacional. As organizações autónomas da UJC e UEC são frentes de trabalho que devem merecer uma atenção cada vez maior. O trabalho parlamentar é também uma nova e importante frente de trabalho que necessita da atenção devida.

Recentemente, foram criadas algumas outras comissões de âmbito nacional e com funções especializadas, como são os casos da comissão dedicada a questões relativas à Reforma Agrária e a Comissão do Trabalho Camponês.

Pensamos que se impõe prosseguir nesta orientação e criar novas comissões especializadas.

Isso é uma condição indispensável para melhorar radicalmente o nosso trabalho, quer nos sectores ou frentes já referidas, quer em várias outras. Tais são os casos dos sectores ou movimentos de mulheres; das autarquias locais; dos pequenos comerciantes e industriais; do ensino e educação; da saúde; dos intelectuais e artistas; e até dos nossos "pioneiros" que há

muito vêm a reclamar do CC ajuda para terem "direitos de associação" e facilidades para se organizarem.

Para além dos sectores ou frentes de trabalho referidos, urge destacar quadros e recursos que possibilitem uma mais efectiva participação na batalha ideológica. O nosso "Avante!", assim como a SIP podem e devem melhorar e expandir as suas actividades.

A criação de uma Comissão de Quadros, mesmo que por agora fique limitada nas suas funções, é uma necessidade premente, até mesmo para libertar dessa tarefa o Secretariado do CC.

Uma Comissão de Fundos ou de controlo financeiro é uma outra inadiável necessidade.

As Direcções das Organizações Regionais (DORs) que têm actuado e devem continuar a actuar, com ampla margem de iniciativa e autonomia, precisam igualmente de melhorar o seu trabalho e, em muitos casos, precisam também de criar variadas comissões especializadas em diferentes frentes de trabalho.

O trabalho junto das comissões de coordenação de trabalhadores de empresas nacionalizadas ou com gestão de trabalhadores devem merecer a maior atenção, tanto a nível local e regional, como a nível nacional.

As questões e tarefas que acabamos apenas de referir, e a que ainda poderíamos juntar outras, apontam no sentido de uma descentralização progressiva de variados aspectos da actividade partidária. Essa descentralização é absolutamente necessária. Nas actuais circunstâncias é inteiramente inviável pretender que um organismo dirigente, mesmo à escala de certas DORs, possa controlar e dirigir todos os aspectos da actividade e vida partidária, tal como sucedia na clandestinidade.

Convém, entretanto, não confundir descentralização e criação de organismos especializados com ideias que possam significar a criação de estruturas paralelas separadas ou independentes dos órgãos normais de direcção do Partido. Devemos estar alertados para não cairmos em erros desse género.

Tanto mais que se é certo que é no sentido da descentralização que mais se impõe caminhar, também há aspectos do trabalho em que se deve caminhar no sentido inverso, isto é, para a centralização.

A dispersão excessiva de serviços do Comité Central e até da C.P., está causando crescentes prejuízos. O Centro de Trabalho da Av.ª António Serra não reúne as necessárias condições de trabalho. A acumulação de serviços atingiu há muito o chamado ponto de saturação, provocando uma crescente dispersão de serviços e de camaradas. O problema só não foi ainda resolvido devido ao elevado custo financeiro do aluguer ou compra de um imóvel com condições. A resolução deste problema é uma questão premente e, por isso, é de encerrar um apelo nacional a todo o Partido, para uma campanha de fundos, com o fim de solucionar esta importante tarefa.

Pensamos que ninguém porá em dúvida a imperiosa necessidade de alargar a composição do nosso CC de forma a colocá-lo em condições de corresponder às necessidades actuais. Mas esse alargamento deve ser acompanhado de uma grande modificação de métodos e de estilo de trabalho. Uma coisa, porém, se deve manter: a regra de ouro de continuarmos a ter um CC com uma maioria absoluta de operários e trabalhadores. Ao contrário do ministro e dirigente do PS, dr. Campino, que afirmou no recente Congresso do PS, que a classe operária é uma entidade abstracta, nós continuamos fiéis aos princípios do marxismo-leninismo, considerando a classe operária como a classe mais consequente e revolucionária, e a que está mais vitalmente interessada na liquidação da exploração capitalista e na construção de uma sociedade socialista sem classes.

Camaradas:

O nosso Congresso deve constituir o começo de uma nova arrancada para tornar o nosso Partido ainda mais poderoso. O Congresso e todo o imenso trabalho colectivo realizado em torno da sua organização e da discussão das Teses, representa um grande sucesso e é bem o testemunho da ampla democraticidade da vida interna do Partido.

Após o Congresso, há que promover novas e grandes reuniões e assembleias de célula e de organizações em todos os sectores, para discussão das Resoluções e Conclusões deste nosso Congresso.

Onde for possível, há que proceder à eleição de todos os organismos dirigentes de cada célula e de cada organização local, regional ou profissional.

Reforçar e alargar a vida colectiva e a democracia interna em todas as organizações, na base dos provados princípios do centralismo democrático, é uma condição fundamental para assegurar um constante e maior fortalecimento do Partido. Só ampliando e fortalecendo as organizações do Partido e estreitando de forma constante a sua ligação com as mais amplas massas populares, só assim será possível tornar o PC cada vez mais forte e fazer com que o PCP seja cada vez mais a vanguarda efectiva da classe operária, a força determinante do processo revolucionário, o destacamento decisivo das forças que lutam pelo socialismo.

O derrubamento da ditadura fascista e toda a marcha da nossa Revolução estão indissolivelmente ligados à actividade e à luta do nosso Partido. O futuro da nossa Revolução, o futuro do nosso país, dependerão igualmente da actividade do Partido.

Superar as deficiências e melhorar todo o trabalho de organização e de Direcção do Partido, em todas as frentes de luta, é uma condição essencial, diremos mesmo que é uma condição decisiva, para defender e consolidar a nossa Democracia e as conquistas da Revolução.

Viva o nosso grande e glorioso PCP!  
Viva o VIII Congresso!

## Discurso de António Gervásio

Queridos camaradas delegados

Queridos camaradas e amigos convidados ao nosso VIII Congresso

Permit-me que em nome do Comité Central do Partido Comunista Português transmita, a todos, as nossas mais calorosas e fraternais saudações revolucionárias.

Saudamos, em primeiro lugar, os delegados do nosso Partido que aqui no VIII Congresso irão fazer o balanço da nossa actividade e que representam a poderosa força que hoje constituímos ao serviço da classe operária, do povo português e dos interesses nacionais.

Saudamos os representantes do Conselho da Revolução presentes no nosso Congresso, assim como os representantes da Casa Militar e da Casa Civil do Senhor Presidente da República.

Saudamos as delegações dos partidos e forças democráticas portuguesas aqui presentes, e através delas os militantes do Movimento Democrático Português/CDE, do Partido Socialista, da Frente Socialista Popular, da Intervenção Socialista, do Movimento Social-Democrata, da Liga Internacionalista.

Saudamos as organizações sindicais aqui presentes, representantes da Intersindical, das Federações e Uniãoes e, através deles, todos os trabalhadores portugueses.

Saudamos igualmente os delegados da Frente Eleitoral Povo Unido, as delegações do Movimento Democrático das Mulheres, do Movimento Unitário dos Trabalhadores Intelectuais, do Movimento dos Agricultores e Rendeiros do Norte, da União de Resistentes Antifascistas Portugueses e das outras organizações unitárias aqui presentes.

Saudamos ainda os delegados da Juventude Operária Católica e dos Cristãos para o Socialismo, presentes no nosso Congresso.

Permiti que dirija também as saudações fraternais de todo o nosso Partido às delegações dos partidos comunistas irmãos dos países socialistas e dos países capitalistas que, com a sua presença no nosso Congresso, são uma afirmação da força e vitalidade do internacionalismo proletário.

Saudamos também os partidos e organizações

progressistas de vários países e regiões do Globo que vieram trazer ao nosso Congresso a expressão da amizade e solidariedade entre as forças que em todo o mundo lutam pela Liberdade e pela Independência Nacional, pela Paz e pelo Progresso Social.

O camarada António Gervásio apresentou depois ao Congresso todas as delegações presentes e concluiu:

Aos camaradas dos partidos comunistas irmãos e outros amigos das delegações estrangeiras, queremos manifestar o nosso sincero agradecimento pela vossa presença neste Congresso. Consideramos a vossa presença uma prova da solidariedade fraternal à luta do povo português e ao Novo Portugal Democrático, nascido da Revolução iniciada com o 25 de Abril.

Desejamos sinceramente que os trabalhos do nosso Congresso e o contacto mais próximo com a realidade portuguesa vos possa dar uma ideia mais precisa da situação em Portugal e das grandes transformações revolucionárias operadas no nosso País.

Queridos camaradas delegados

Camaradas e amigos convidados

Neste Congresso iremos fazer o balanço de dois anos, e meio da Revolução Portuguesa. Neste curto período, o povo português conquistou grandes e históricas vitórias. Com as liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário a perspectiva do socialismo aparece como aquela que corresponde à nova realidade criada pelas transformações revolucionárias no nosso País.

Tudo faremos para que os perigos que ameaçam a Revolução Portuguesa sejam superados e para que o Povo português consolide o regime democrático, consagrado na Constituição.

Tudo faremos para que o nosso VIII Congresso reforce mais a organização do Partido e a sua ligação com as massas, no sentido de que ele possa dar novas e decisivas contribuições para o triunfo completo da Revolução Portuguesa e para a construção de uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem, de uma sociedade que corresponde aos anseios de Liberdade, de Paz, de Independência Nacional e Bem-Estar do Povo Português.

# INTERVENÇÃO DOS CAMARADAS ESTRANGEIROS

## Boris Ponomariov:

Queridos camaradas:

A delegação do Partido Comunista da União Soviética não pode dissimular, neste minuto, a sua profunda emoção. Pela primeira vez os representantes dos comunistas soviéticos assistem ao Congresso dos seus irmãos e correligionários, dos comunistas de Portugal. O Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e, pessoalmente, o Secretário-Geral do CC do PCUS, camarada L.I. Brejnev, encarregaram-nos de transmitir aos delegados ao VIII Congresso do Partido Comunista Português, a todos os comunistas e trabalhadores de Portugal a ardente saudação e os sentimentos sinceros de solidariedade fraternal.

Camaradas: Com grande atenção e interesse ouvimos e relatar o apresentado pelo Secretário-Geral do Partido Comunista Português, personalidade do movimento comunista internacional conhecida no mundo inteiro, camarada Álvaro Cunhal. Ao ouvirmos esse relatório e, depois, as intervenções dos delegados ao Congresso, como que voltamos a viver convosco a epopeia heroica da luta dos comunistas portugueses contra o fascismo, pela democracia e pela liberdade. Os soviéticos sabem bem como foi difícil essa luta, quão grandes foram os sacrifícios feitos pelo vosso partido em nome da felicidade do vosso povo. O espírito de abnegação e a coragem dos comunistas portugueses, a sua fidelidade inquebrantável aos interesses dos trabalhadores à causa da independência e da liberdade da vossa Pátria granjearam para o vosso Partido um prestígio merecido e um profundo respeito.

O povo soviético, que sofreu ele mesmo perdas enormes na guerra antifascista, sabe apreciar a coragem dos heróis da clandestinidade, dos lutadores pela liberdade. Juntamente convosco inclinamo-nos perante a preclara memória dos que ofereceram a sua vida em nome da felicidade do povo. E saudamos sinceramente, como amigos e companheiros de luta, todos aqueles que prosseguem hoje em dia a sua façanha, todos os comunistas e democratas de Portugal!

Muita coisa se modificou em Portugal durante os dois anos e meio decorridos depois de as Forças Armadas do vosso País, com o papel activo dos comunistas e com um amplo apoio por parte das massas, terem derrubado o fascismo. Essas mudanças, incluídas a nacionalização e a Reforma Agrária, a aprovação da nova Constituição, constituem, segundo nos parece, um bom fundamento para um reforço ulterior dos direitos e das liberdades democráticas do povo. Mas, como já foi dito aqui, as forças que procuram fazer voltar atrás o desenvolvimento, isto é, as forças da reacção interna e internacional, são ainda grandes e perigosas. Desejamo-vos sinceramente, aos comunistas de Portugal, a todo o vosso povo, novos êxitos na luta pela consolidação, e pelo desenvolvimento do regime democrático, e por uma vida livre e feliz.

A experiência de muitos anos do movimento comunista e operário confirmou que a unidade de acção das organizações que actuam no movimento operário, e a cooperação de todas as forças democráticas de esquerda são um caminho seguro para a consolidação das conquistas realizadas, para o triunfo da causa da paz, da democracia e do progresso social. Essa experiência confirma também que não existem esforços que sejam de mais na luta pela unidade de todos aqueles que estão prontos a defender conjuntamente a causa da liberdade. E nós, camaradas, desejamo-vos calorosamente os maiores êxitos no terreno da realização da linha proclamada no relatório do camarada Cunhal, linha essa que visa a coesão de todas as forças de esquerda, das forças democráticas.

Queridos amigos:

Há poucos dias os povos da União Soviética e todos os amigos do nosso país no mundo inteiro comemoraram o 59.º Aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. O País dos Soviéticos entrou no 60.º ano da sua existência. Segundo o relógio da história, que marca a vida de países e dos povos, é um prazo pequeno. Mas quão grandiosas são as realizações dos soviéticos que modificaram, durante esse tempo, a fisionomia do país!

Graças ao trabalho heróico e abnegado do povo soviético foi construído no nosso país a sociedade socialista desenvolvida. O socialismo venceu também em outros países. Agora todos os povos da Terra podem ver com os seus próprios olhos e saber o que é o socialismo real, o socialismo existente não só nos livros e nas ideias de pessoas de vanguarda, mas na vida real dum país enorme, que é o País dos Soviéticos, e dos outros Estados da comunidade socialista.

## Gricher Filipov:

Queridos Companheiros e Companheiras,

Permitam-me que em nome do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro e pessoalmente do Primeiro Secretário do nosso Partido, camarada T. Jivkov, transmita aos delegados ao Congresso e por vosso intermédio a todos os comunistas e trabalhadores portugueses as mais cordiais e fraternais saudações de camaradagem dos comunistas búlgaros e de todo o Povo búlgaro.

Seguimos com grande atenção o quadro expressivo do desenvolvimento histórico do povo português e da sua luta por transformações democráticas e sociais, traçado no informe de prestação de contas do Comité Central, apresentado pelo Secretário-Geral do vosso Partido, o destacado filho do povo português, eminente militante do movimento comunista e operário internacional e portador do Prémio Internacional Dimitrov, o camarada Álvaro Cunhal.

É com imenso interesse e simpatia que seguimos a luta do vosso glorioso Partido, e do vosso valente povo em defesa das conquistas da Revolução, pela construção de um Portugal livre, independente e democrático. Nós, comunistas e trabalhadores da República Popular da Bulgária, consideramos como nossos os vossos êxitos que sinceramente nos alegram.

Continuaremos também no futuro a fazer todo o possível para que os tradicionais laços de fraternidade entre o Partido Comunista Búlgaro e o Partido Comunista Português, penetrados pelo espírito de respeito mútuo, inspirados pelas ideias do Marxismo-Leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário se fortaleçam e desenvolvam no interesse dos nossos dois Partidos e povos.

Companheiros e Companheiras,

Já transcorreram trinta e dois anos desde a vitória da revolução socialista na Bulgária. É um período excessivamente breve. Porém, pela envergadura e profundidade das conquistas socioeconómicas, políticas e culturais alcançadas pelo povo, não pode ser comparado com nenhum outro período da história de 13 séculos do Estado Búlgaro.

A Bulgária socialista de hoje é um país com uma nova estrutura económica, com uma indústria moderna e uma agricultura altamente desenvolvida e agrupada. A cultura búlgara entrou no seu século de ouro.

No nosso país foi liquidada para sempre a exploração do homem pelo homem. Não há desemprego, inflação nem os outros acompanhantes dos regimes burgueses. Pelo contrário, existem condições para a participação activa dos trabalhadores na vida sociopolítica. O optimismo social, a confiança no futuro, a serenidade pelo dia de amanhã, representam as conquistas mais valiosas de cada trabalhador e caracterizam o novo modo de vida socialista.

Camaradas,

Este ano o Partido Comunista Búlgaro realizou o seu décimo primeiro Congresso.

Actualmente todo o país se caracteriza pelo entusiasmo do povo pelo trabalho. O Partido Comunista Búlgaro e todo o Povo búlgaro realizam inspirada e consequentemente as resoluções do décimo primeiro Congresso do partido referentes à edificação da nova sociedade, que para nós é uma causa nacional assim como internacional.

Este ano realizaram-se também os Congressos de outros Partidos irmãos.

Um eco forte no mundo inteiro teve o XXV Congresso do

O socialismo é a inexistência de qualquer exploração, de qualquer opressão, é a liberdade, a igualdade e a amizade dos povos, é a liberdade, a igualdade e amizade dos homens de trabalho.

O socialismo é um crescimento constante do nível da vida das pessoas, da sua cultura e educação, é a ausência absoluta do desemprego, da inflação, do aumento de preços; é o direito ao trabalho e ao descanso, à educação e à previdência social, é uma confiança inabalável de cada um no dia de amanhã.

O socialismo é a democracia em constante desenvolvimento, cujo princípio fundamental consiste em ampliar de um modo ininterrupto a participação de cada pessoa na vida social, na resolução de todos os assuntos — grandes e pequenos — do país.

O socialismo é a paz, é um desvelo constante pelo desenvolvimento e pela consolidação da cooperação amistosa entre os povos de todos os países. Um exemplo dessa cooperação são as relações amistosas soviético-portuguesas, que ganham um carácter cada vez mais estável.

Claro está, amigos, que é à sua maneira que cada povo e cada país abrem para si os caminhos que levam ao socialismo, é à sua maneira que eles constroem essa sociedade verdadeiramente nova. Nós, os soviéticos, fizemos a nossa escolha. E nunca renunciaremos a essa nossa escolha!

Há duas semanas, a sessão do Soviete Supremo da URSS, o órgão legislativo máximo do nosso país, aprovou o novo plano quinquenal do desenvolvimento da economia nacional da URSS para o quinquénio actual, de 1976 a 1980. O plano estipula o desenvolvimento ulterior da economia, a construção de centenas de novas empresas, de milhares e milhares de casas residenciais, escolas, hospitais, etc..

No novo quinquénio o salário dos trabalhadores aumentará de novo de 16 a 18 por cento, ao passo que os preços dos víveres principais, isto é, do pão, da carne, do leite e da manteiga, etc., não se modificam no nosso país há já 15-20 anos. Mais de 55 milhões de soviéticos receberão novos apartamentos. Diariamente, entram em funcionamento no nosso país 6 mil novos apartamentos. Os inquilinos nada têm que pagar ao dono do apartamento; o aluguer mensal, que também não se modifica desde 1928, sendo o mais baixo no mundo, constitui, em conjunto com o pagamento pelos serviços públicos, não mais de 4-5 por cento do orçamento total da família.

Para conseguir todos esses êxitos, o povo soviético teve que suportar uma séria luta, passar por muitas privações, especialmente no primeiro período da revolução e durante a guerra contra o fascismo alemão. Mas há já muitos decénios o nosso povo, que é o dono do país, trabalha só para si próprio beneficiando de todos os bens da vida no seu país poderoso e livre, e marcha para a frente com confiança.

«O curso do Partido traçado pelo XXV Congresso — sublinhava na Reunião Plenária do CC do PCUS de Outubro o camarada L.I. Brejnev — garante o aumento incessante da potência económica do país, o aperfeiçoamento das relações sociais socialistas, o nosso movimento ulterior rumo ao comunismo».

Camaradas:

Desde há muitos decénios, os comunistas da União Soviética e de Portugal estão ligados por estreitos laços de amizade e de solidariedade de combate, por uma profunda unidade de opinião. A base das nossas relações está constituída pelos princípios inabaláveis do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. E agora, nestes dias em que se efectua o VIII Congresso do vosso Partido, os comunistas soviéticos voltam a declarar a sua fidelidade a essa amizade, a sua solidariedade inquebrantável com o Partido Comunista Português.

Permiti que eu transmita a saudação do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética ao VIII Congresso do Partido Comunista Português e também entregue ao vosso Congresso, em nome do Comité Central do nosso Partido, em nome dos comunistas soviéticos, como símbolo dessa amizade e solidariedade, a Bandeira Vermelha com o retrato do guia e fundador do nosso Partido, dirigente da primeira revolução socialista triunfante no mundo, V.I. Lênine.

Viva o heróico Partido Comunista Português!

Viva a amizade inquebrantável entre o Partido Comunista da União Soviética e o Partido Comunista Português!

Viva a bandeira de combate dos comunistas do mundo inteiro, o marxismo-leninismo!

PCUS que representa um dos acontecimentos mais significativos do nosso tempo. As suas resoluções têm uma importância particular, não só para a União Soviética, mas assim como para toda a comunidade dos países socialistas, para o movimento comunista internacional e para o desenvolvimento posterior da situação mundial.

Companheiros e Companheiras,

O desanuviamento, os princípios leninistas de coexistência pacífica entre os estados de diferente regime social convertem-se cada vez mais numa tendência dominante nas relações internacionais. Isto representa uma grande vitória das forças do socialismo, da paz e da democracia. A Conferência de Helsínquia abriu novas possibilidades para avançar nesse caminho.

Mas o nosso inimigo de classe está seriamente preocupado com este facto. Está particularmente assustado com os êxitos do socialismo real.

Os comunistas búlgaros apoiam plenamente os resultados da Conferência de Berlim dos partidos comunistas e operários europeus. O documento aprovado pela Conferência representa uma plataforma política realista para a conversão do processo do desanuviamento num processo irreversível, para aplicação na prática da Acta final da Conferência de Segurança e Cooperação na Europa.

O nosso Partido está pela consolidação da unidade e coesão do movimento comunista e operário internacional na base do marxismo-leninismo e dos princípios do internacionalismo proletário. E continuará também no futuro a lutar consequentemente contra tudo aquilo que enfraquece a solidariedade internacional dos comunistas, contra todas as manifestações de anticomunismo, anti-sovietismo, revisionismo de «esquerda» e de direita.

Consideramos as palavras do imortal filho do povo búlgaro Jorge Dimitrov que a atitude com respeito à União Soviética são a pedra de toque do revolucionarismo e do internacionalismo, a linha divisória entre as forças do progresso e as forças da reacção, e que guardam a sua actualidade também no nosso tempo.

Fiel ao internacionalismo proletário, o nosso partido seguirá dando a sua contribuição na luta para os novos êxitos do movimento comunista mundial, para a consolidação da frente das forças democráticas e progressistas na luta pela paz duradoura, pela segurança, pela cooperação e progresso social dos povos da Europa e do mundo.

Permiti-me, queridos companheiros e companheiras desejar-vos um trabalho frutífero e exprimir a minha convicção de que as resoluções do vosso Congresso contribuirão para a coesão de todas as forças democráticas e progressistas em defesa das liberdades, as transformações democráticas e a independência nacional de Portugal, na luta contra as pretensões das forças reaccionárias internas e externas.

Viva o Partido Comunista Português — vanguarda combativa da classe operária portuguesa!

Que se fortaleça a unidade e a coesão do movimento comunista e operário internacional na base do marxismo-leninismo e dos princípios do internacionalismo proletário.

Camaradas,

Permitam-me em nome do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro oferecer ao vosso Congresso um presente simples que é um quadro de Jorge Dimitrov, o guia do povo búlgaro destacado e reconhecido dirigente do movimento comunista internacional.

## Armando Peugonen:

É com imensa alegria e sentimento revolucionário que vos transmitimos o abraço caloroso e fraternal dos militantes e da Direcção da FRELIMO e de todo o povo moçambicano, nesta altura da realização do VIII Congresso do Partido Comunista Português, o primeiro Congresso Ordinário que se realiza no Portugal já libertado do fascismo.

Esta é também a primeira vez que uma delegação da FRELIMO está presente a um congresso do vosso partido.

Pretendemos que a nossa participação signifique uma vez mais a afirmação da solidariedade militante entre as nossas organizações, unidas no mesmo lado da trincheira contra o colonialismo-fascismo e o capitalismo, e pela construção do socialismo.

Assim, a FRELIMO saúda o Partido Comunista Português, partido da classe operária forjado e temperado na dura batalha de classes, destacamento da vanguarda do Povo português na luta contra a reacção interna e o imperialismo.

Através do Partido Comunista Português, a FRELIMO saúda também o combate de todos os antifascistas e democratas portugueses, de todos os anticolonialistas, de todos aqueles que hoje continuam o combate pela consolidação da democracia e da verdadeira liberdade em Portugal, e pugnam pela instauração de relações de cooperação de tipo novo entre Portugal e a República Popular de Moçambique.

Queremos aqui, da tribuna do vosso congresso, prestar a nossa homenagem ao vosso Partido, ao Partido Comunista Português, que na dura e longa luta contra o fascismo, assumiu, no meio de grandes dificuldades, uma posição clara e consequente de luta contra o colonialismo, situando-se sempre na vanguarda do povo português no apoio ao combate pela Independência Nacional dos povos de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Hoje, a FRELIMO e o Povo Moçambicano seguem atentamente e apreciam altamente a vossa luta. Convosco, sentimos preocupações pelas tentativas que a reacção interna, apoiada no imperialismo internacional, faz, no sentido de sabotar o processo revolucionário em que o povo português se engajou.

Reafirmamos a nossa convicção de que o Partido Comunista Português, principal obreiro das conquistas dos trabalhadores portugueses, tem um papel decisivo a desempenhar no avanço e na consolidação da democracia em Portugal.

Caros Camaradas,

Sob a direcção da FRELIMO, o Povo Moçambicano engaja-se resolutamente nas tarefas da edificação do Poder operário-camponês e da Reconstrução Nacional, alargando e consolidando as conquistas da luta de libertação Nacional.

A nacionalização da terra, dos hospitais, das escolas e dos prédios de rendimento, permitiu já a extensão às largas massas, dos benefícios outrora só concedidos a um punhado de privilegiados.

Intensificamos agora a grande ofensiva para a criação das aldeias comunais, linha estratégica da construção socialista no campo, e damos os primeiros passos no caminho da edificação de uma economia independente, da criação e desenvolvimento do sector estatal, do controlo do sector privado, da programação do nosso desenvolvimento.

Também o aparelho de Estado herdado, instrumento do sistema de exploração colonial-capitalista, está sendo destruído e substituído pelas estruturas do nosso Poder operário-camponês.

No entanto, o capitalismo, ciente que a criação de um estado socialista na África Austral é um factor importante no caminho da libertação total desta parte do continente, utiliza hoje as mais ignominiosas manobras para boicotar a nossa revolução e adulterar o significado da nossa independência.

Assim, ao nível interno, assistimos à multiplicação das suas manobras, desde as tentativas de subversão militar e política, à infiltração de agentes inimigos nas nossas estruturas, à destruição de equipamento, à pilhagem de bens e materiais, até às campanhas psicológicas feitas dos mais incriveis boatos e intrigas. Também, ao nível internacional, são inúmeros os meios utilizados para sabotar a revolução moçambicana, desde as campanhas sistemáticas de calúnias, até às agressões armadas contra o nosso País.

A presente escalada de ataques e provocações das tropas racistas e fascistas da Rodésia do Sul, tem por objectivos, desviar as atenções do conflito que opõe as amplas massas do Zimbabué à minoria no poder, provocar a internacionalização do conflito para salvaguardar os privilégios da clique racista, e impedir a criação de mais um estado independente e progressista nesta zona do globo.

Conforme a conclusão da última reunião dos cinco países da linha da frente realizada em Dar-es-Salaam, em 6 de Novembro último, estas agressões fazem parte da estratégia global imperialista contra as forças independentes e democráticas da África Austral, e tem por objectivo perpetuar a exploração das massas laboriosas e consolidar os regimes racistas agressores, que não são senão os instrumentos operacionais do imperialismo nesta região da África.

As Forças Populares de Moçambique e o Povo têm rechaçado

## Hermann Axen:

Queridas camaradas, queridos camaradas,

A delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha transmite ao vosso VIII Congresso e a todos os comunistas portugueses as fraternais saudações combativas dos mais de dois milhões de comunistas da República Democrática Alemã, do seu Comité Central e do seu Secretário-Geral, camarada Erich Honecker.

Com estas saudações reafirmamos a nossa estreita aliança de solidariedade proletária que foi forjada em decénios de luta contra o fascismo e a guerra.

Quase no mesmo dia, 41 anos atrás, no 11 de Novembro de 1935 foram presos o então secretário-geral, o camarada Bento Gonçalves, e o Secretariado do heróico Partido Comunista Português. Como aconteceu com o nosso Ernesto Thaelmann, também Bento Gonçalves foi torturado até à morte pelos fascistas. Ele é para nós inolvidável assim como os milhares de comunistas portugueses que deram a sua vida na luta contra o fascismo e reacção.

Queridas camaradas, queridos camaradas,

Naquela altura como nesta nem-nos as tradições comprovadas da luta revolucionária comum, unem-nos a fidelidade ao marxismo-leninismo, ao internacionalismo proletário, ao partido e país de Lênine, unem-nos a filiação inseparável ao movimento comunista internacional.

Ao longo de quase 50 anos de ditadura fascista em Portugal, foi o Partido Comunista Português que deu o maior contributo na luta contra esse regime bárbaro. Ele desempenhou um papel decisivo no seu derrubamento no 25 de Abril de 1974.

Nas actuais condições complicadas do vosso Partido mostra-se de novo como vanguarda revolucionária comprovada da classe operária e do Povo português na luta pela defesa e pelo prosseguimento da revolução democrática, contra os ataques da reacção nacional e internacional.

Ouvimos com muito interesse e grande emoção o relatório do camarada Álvaro Cunhal, acompanhando a vossa discussão.

Estamos convencidos de que o vosso VIII Congresso dará novos fortes impulsos para a acção comum de todas as forças do vosso povo no interesse da democracia, do progresso social e da independência nacional de Portugal.

Nesta luta, caros camaradas, os comunistas da República Democrática Alemã também no futuro estarão firmemente ao vosso lado.

Caros camaradas, caros camaradas, Podemos relatar-vos que a classe operária, que todos os trabalhadores da República Democrática Alemã, sob a direcção do Partido Socialista Unificado da Alemanha, concretizam com grande optimismo e vigor as decisões do nosso IX Congresso, realizado em Maio deste ano.

Vitoriosamente continuamos a trabalhar no aperfeiçoamento da construção da sociedade socialista desenvolvida para criar, assim, as condições para a transição gradual ao comunismo. No centro das actividades do nosso Estado operário camponês figura

e punido exemplarmente os ataques da soldadesca racista. Na sua última agressão, em três frentes simultâneas nas Províncias de Gaza, Manica e Tete, o inimigo foiescorraçado com perdas em homens e material.

Queríamos salientar o apoio que nesta altura nos foi dado pela comunidade internacional e, em particular pelo Partido Comunista Português. A vossa mensagem enviada ao Comité Central da FRELIMO, fica como mais um testemunho do vosso engajamento e solidariedade revolucionária, e constitui um estímulo ao cumprimento do nosso dever internacionalista.

O exemplo actual da Rodésia mostra uma vez mais, que não se pode conciliar colonialismo e liberdade. Enquanto houver colonialismo haverá crime e guerra, e os países independentes serão sempre objecto de agressão permanente.

Só a Independência para o povo do Zimbabué reestabelecerá a paz e a liberdade.

Hoje mais do que nunca, a luta armada de libertação Nacional permanece a forma principal da acção de construção da paz. E o dever de todos nós é de apoiar sem reservas e por todos os meios a luta armada que o exército do Zimbabué trava vitoriosamente.

Caros camaradas, Moçambique é hoje um país independente que inicia e desenvolve relações de cooperação com os outros países.

Muito há por fazer nas relações de cooperação entre os nossos povos e os governos dos nossos países. Todos sabemos porém, que os inimigos dos nossos povos não estão interessados no estreitamento dessas relações. Alguns exemplos recentes têm demonstrado a persistência de mentalidades e estruturas colonial-capitalista a dificultar essas relações.

Desejamos aproveitar esta ocasião para vos reafirmar a nossa convicção de que a luta que o Partido Comunista Português trava para o avanço do processo revolucionário em Portugal é altamente encorajadora para o desenvolvimento das relações de cooperação, amizade e ajuda mútua, não somente entre as nossas organizações como também entre os nossos povos e países.

A acção por vós desenvolvida, as posições tomadas pelo vosso Partido, contribuem em grande medida, para, apesar das manobras das forças reaccionárias, manter e até, em alguns casos desenvolver, as relações entre Portugal e Moçambique.

A visita efectuada ao nosso país pelo camarada Álvaro Cunhal ficou como testemunho da amizade e solidariedade revolucionárias que existem entre as nossas organizações, representou um enorme passo em frente no caminho para a cooperação militante entre os nossos povos, e um factor positivo para a cooperação entre os Estados Portugueses e Moçambicano.

Neste momento, a actuação internacionalista de muitos trabalhadores portugueses em Moçambique, entre os quais se encontram militantes do Partido Comunista Português, que conosco colaboram nas tarefas de reconstrução nacional, mostra que entre os operários e camponeses portugueses e moçambicanos não há antagonismos. Todos são combatentes de uma mesma causa, trabalham em pé de igualdade, rejeitam privilégios de classe, rejeitam diferenciações com base na cor da pele. Todos combateram, combatem e repudiam o colonialismo e suas sequelas, e estão engajados no combate contra o imperialismo.

Caros, camaradas,

Em breve se realizará em Moçambique o III Congresso da FRELIMO. Nele, ficarão expressos, o caminho e as formas a seguir para a construção do Socialismo.

Este Congresso, o primeiro que se realizará no Moçambique independente, reafirmará os princípios e o engajamento internacionalista da nossa organização e do nosso Estado.

Assim a FRELIMO e o povo moçambicano, engajam-se firmemente nesta nova fase de edificação do Estado Democrático Popular.

Caros camaradas,

Queremos, neste momento, com um sentimento profundo de amizade, reafirmar as palavras do camarada Samora Moisés Machel, presidente da FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, pronunciadas em 25 de Junho de 1975 aquando da proclamação da nossa independência: «A República Popular de Moçambique será sempre uma base de apoio segura para as forças revolucionárias e democráticas portuguesas».

Desejamo-vos os maiores votos de felicidade e bons sucessos nos trabalhos deste vosso VIII Congresso. Que a Revolução avance em Portugal e que o vosso Partido se consolide, para o progresso do Povo português.

Viva o VIII Congresso Ordinário do Partido Comunista Português.

Viva a solidariedade militante entre a FRELIMO e o Partido Comunista Português, entre o Povo moçambicano e o Povo português.

Viva o Partido Comunista Português.

A LUTA CONTINUA.

11 de Novembro de 1976.

como tarefa principal o contínuo aumento do nível de vida material e cultural do Povo da República Democrática Alemã.

O nosso povo é realmente o dono do seu Estado. Em benefício dele realizamos o programa político-social mais amplo em nossa história. A nossa sociedade não conhece nem crises nem desemprego, nem inflação, nem aumento dos preços, nem miséria de ensino, nem decadência cultural.

Os cidadãos do nosso Estado socialista percebem dia por dia — e para cada um damos provas visíveis disso pela nossa acção —, que só o socialismo realmente existente está em condições de garantir liberdade, democracia, direitos humanos, segurança social e prosperidade cada vez maior para todos.

Os progressos do Estado socialista alemão só são possíveis porque agimos em aliança fraternal com a União Soviética e estamos inseparavelmente unidos com a comunidade dos Estados socialistas. Quanto mais aprofundarmos essa cooperação no domínio político, económico, cultural e militar, tanto mais vitoriosamente avançaremos, ao lado do povo soviético, ao encontro do futuro comunista do nosso povo. Assim prestamos a nossa contribuição principal para a vitória da causa do socialismo e da paz no mundo.

Os sucessos das forças de libertação social e nacional são tão incontáveis como as derrotas do imperialismo em escala mundial. Não é de admirar que o imperialismo esteja de novo a desenvolver uma campanha caluniosa anticomunista e anti-soviética sem igual, que, em primeiro lugar, está destinada a enfraquecer e dividir as forças anti-imperialistas nos países do capital. Mas os dias de Primavera de 1945 e 1974 ensinaram o seguinte: o progresso social é irresistível!

Em comum lutamos com os outros partidos irmãos e todas as forças progressistas do nosso continente pela concretização dos objectivos, colocados pela Conferência dos Partidos Comunistas e Operários em Berlim, com vista à consolidação da paz, pela segurança, cooperação e progresso social, contra a corrida ao armamento, desenvolvida pelo imperialismo, pelo desarmamento.

O futuro dos nossos países, o futuro do nosso planeta — é com esse objectivo que nós, os comunistas reunidos em Berlim, apelamos para os povos — pode e há-de ser um futuro em paz duradoura, um mundo sem exploração e opressão.

Caras camaradas, caros camaradas,

No espírito das tradicionais relações fraternais entre os nossos dois partidos, o Partido Socialista Unificado da Alemanha e com ele o povo inteiro da República Democrática Alemã desejamos ao VIII Congresso do Partido Comunista Português o maior êxito nos seus trabalhos.

Que contribua ele para o fortalecimento contínuo da comunidade combativa dos comunistas portugueses com todas as forças democráticas e patrióticas do vosso País.

Viva o glorioso Partido Comunista Português!

Viva a firme aliança de combate entre o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português!

Viva o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário!